



EXAME CFC
SIMULADO GERAL 07
COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. O objetivo das Demonstrações Contábeis é fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações diversas por parte dos usuários em geral, sem atender a nenhuma necessidade específica. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Governos, órgãos reguladores e autoridades tributárias podem determinar exigências para atender a seus próprios interesses.
- () A DFC deve demonstrar que a soma das despesas é igual à soma das receitas.
- () As demonstrações contábeis podem ser utilizadas para avaliação da administração da entidade.
- () O total do Ativo é sempre igual ao total do Passivo no Balanço Patrimonial, sendo o último representado por Passivo + PL.
- () Ativo + Receitas = Passivo + Despesas + PL.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V - V - V - F - F.
- b) V - F - V - V - F.
- c) V - F - V - F - V.
- d) F - V - F - V - F.
- e) F - V - F - V - V.

Resolução:

- () Governos, órgãos reguladores e autoridades tributárias podem determinar exigências para atender a seus próprios interesses.

VERDADE. De acordo com o CPC 00 - Estrutura conceitual, governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar exigências para atender a seus próprios fins.

- () A DFC deve demonstrar que a soma das despesas é igual à soma das receitas.

FALSO. A DFC é responsável por evidenciar o fluxo de caixa da empresa, ou seja, o que entrou e o que saiu de dinheiro num determinado período. Na demonstração, utilizamos o regime de caixa e não de competência. Muito desenvolvida para saber a liquidez e solvência da empresa.

- () As demonstrações contábeis podem ser utilizadas para avaliação da administração da entidade.

VERDADE. Exatamente isso, acionistas e credores se utilizam das demonstrações contábeis para visualizar a situação da empresa naquele período, refletido diretamente pela atuação da administração. Se uma empresa está com indicadores ruins, significa que a gestão feita não está adequada.

- () O total do Ativo é sempre igual ao total do Passivo no Balanço Patrimonial, sendo o último representado por Passivo + PL.

VERDADE. Equação básica da contabilidade. O ativo é igual ao passivo exigível e o patrimônio líquido é o valor residual dos ativos após deduzidos os passivos. Portanto, as equações podem ser: A = P + PL ou A - P = PL.

- () Ativo + Receitas = Passivo + Despesas + PL.

FALSO. Nada a ver o que foi dito aqui. As contas patrimoniais estão representadas no balanço patrimonial e as contas de resultado na demonstração do resultado. Não equação básica na contabilidade misturando tais contas. A única semelhança aqui é a natureza das contas, que no primeiro caso é devedora e no segundo caso credora.

Gabarito: Letra B.

2. O conceito de ativo e, em especial, os estoques, estão vinculados à transferência de riscos e não somente aos aspectos legais e fiscais. Nesse contexto, o importante não é a propriedade jurídica, mas a figura do controle e os benefícios. Considerando-se tal contexto, não é correto afirmar o seguinte:

- a) em empresa cuja atividade é indústria de calçados e que possui obra em andamento, os materiais para construção devem ser registrados no ativo não circulante-imobilizado, subgrupo imobilizado em andamento.
- b) em empresa cuja atividade é a indústria de calçados, os direitos caracterizados como estoque de matéria prima devem ser contabilizados como ativo circulante – estoque.
- c) as empresas prestadoras de serviços, face à natureza intangível de suas atividades, não devem possuir estoques de serviços em andamento.
- d) os estoques de peças de reposição de máquinas e equipamentos deverão ser contabilizados como ativo não circulante-imobilizado.
- e) os adiantamentos a fornecedores de mercadorias para venda devem ser contabilizados no ativo circulante - subgrupo estoques.

Resolução:

Segundo o CPC 00, ativo é um recurso **controlado** pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Vejamos as alternativas para encontrar o item incorreto:

- a) em empresa cuja atividade é indústria de calçados e que possui obra em andamento, os materiais para construção devem ser registrados no ativo não circulante-imobilizado, subgrupo imobilizado em andamento.

CORRETO. O objeto social da empresa é a fabricação de calçados. Logo, fica fácil perceber que o material de construção não pode entrar no seu estoque - ativo circulante. De acordo com o CPC 27, nessa situação, a obra em andamento é considerada um ativo não circulante - imobilizado em andamento.

- b) em empresa cuja atividade é a indústria de calçados, os direitos caracterizados como estoque de matéria prima devem ser contabilizados como ativo circulante – estoque.

CORRETO. Veja que aqui é diferente da primeira alternativa. Nesse caso, a mesma fábrica de calçados possui matéria prima para confecção do seu produto. Tal matéria prima ficará registrada no ativo circulante - estoques da empresa.

- c) as empresas prestadoras de serviços, face à natureza intangível de suas atividades, não devem possuir estoques de serviços em andamento.

ERRADO. Os custos relacionados a prestação de tal serviço ficam registrados em conta específica de "Estoque de serviços em andamento", tais como mão de obra, peças de reposição, custos indiretos, etc). Após finalização de tal serviço, a conta "Estoque de serviços em andamento" é zerada e o saldo vai para "Estoque de serviços acabados".

- d) os estoques de peças de reposição de máquinas e equipamentos deverão ser contabilizados como ativo não circulante-imobilizado.

CORRETO. Peças de reposição geralmente são utilizadas por empresas prestadoras de serviços. Nesses casos, as peças são contabilizadas em conta específica de "estoque - serviços em andamento". Após o final do serviço prestado, a conta é zerada e o saldo transferido para "estoque - serviços acabados".

- e) os adiantamentos a fornecedores de mercadorias para venda devem ser contabilizados no ativo circulante - subgrupo estoques.

CORRETO. Quando há o pagamento antecipado ou adiantamento de valores para fornecedores, a empresa "cria" um direito de ter mercadorias. Dessa forma, os valores adiantados devem ser reconhecidos como saída de caixa e aumento de estoques.

Gabarito: Letra C.



3. Acerca do conceito e da composição do Plano de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) Ele é composto basicamente pelo Elenco de Contas e pelo Manual de Contas, podendo conter outros elementos que auxiliem na elaboração das demonstrações contábeis.
- b) Ele obedece a um modelo padrão definido pela legislação que determina quais contas devem constar obrigatoriamente no Elenco de Contas.
- c) Ele deve ser estruturado da forma mais detalhada possível, devendo conter apenas contas analíticas, ou seja, contas que recebem lançamentos.
- d) A função da conta, ou seja, o mecanismo de débito e crédito e a natureza do saldo, deve estar explicitada no Manual de Contas.
- e) As contas sintéticas de um Plano de Contas são aquelas que não recebem lançamentos, portanto, referem-se apenas aos grupos e aos subgrupos do Balanço Patrimonial.

Resolução:

Vejamos item a item:

- a) Ele é composto basicamente pelo Elenco de Contas e pelo Manual de Contas, podendo conter outros elementos que auxiliem na elaboração das demonstrações contábeis.

CORRETO. Essa é a definição do Plano de Contas: uma lista padronizada de todas as contas utilizadas para lançamentos contábeis. O plano de contas permite a uniformidade do registro, muito embora cada empresa possa ter um elenco de contas que tenha maior relação com suas atividades.

Os outros elementos contidos no Plano de Contas que auxiliam na elaboração das demonstrações contábeis são por exemplo: a classificação das contas por natureza de despesa (devedora ou credora); ou ainda se ela é de resultado; patrimonial ou de compensação.

- b) Ele obedece a um modelo padrão definido pela legislação que determina quais contas devem constar obrigatoriamente no Elenco de Contas.

ERRADO. De fato, o Plano de Contas precisa ter um padrão para uniformização do lançamento, mas isso não é um impedimento à flexibilidade e adaptação do Plano para o tipo de atividade da empresa.

O elenco de contas utilizadas não é obrigatório, cada empresa elabora seu plano de contas - incluindo ou excluindo contas.

- c) Ele deve ser estruturado da forma mais detalhada possível, devendo conter apenas contas analíticas, ou seja, contas que recebem lançamentos.

ERRADO. No Plano de Contas estão listadas as **contas sintéticas** (que não recebem lançamento. São as contas mais genéricas que agregam saldo de subcontas. Ex: 1.1 ATIVO CIRCULANTE; 1.1.1 Disponibilidade) e também as **contas analíticas** (que recebem lançamentos. Ex: 1.1.1.01 Caixa Geral; 1.1.2 Bancos c/ Movimento).

Assim o Plano de Contas deve ser estruturado da forma mais detalhada possível, devendo conter as contas analíticas.

- d) A função da conta, ou seja, o mecanismo de débito e crédito e a natureza do saldo, deve estar explicitada no Manual de Contas.

ERRADO. Aqui o erro está na utilza. A **função** da conta é se ela se trata de um item **patrimonial ou de resultado**. Já o **funcionamento**, este sim representa o mecanismo de **débito e crédito** e a **natureza** do saldo é se ela é uma conta credora ou devedora.

- e) As contas sintéticas de um Plano de Contas são aquelas que não recebem lançamentos, portanto, referem-se apenas aos grupos e aos subgrupos do Balanço Patrimonial.

ERRADO. As contas SINTÉTICAS são aquelas que não recebem lançamentos e referem-se apenas aos GRUPOS (e não aos subgrupos). Ex: ativo; passivo.

Já as contas ANALÍTICAS são as que recebem lançamentos e se referem aos SUBGRUPOS. Ex: Caixa; Banco c/ movimento.

Gabarito: Letra A.

4. Determinada sociedade empresária adquiriu móveis e utensílios no valor de R\$ 100.000, pagando 10% à vista e o restante financiado em 10 parcelas. Qual fato contábil implicará o lançamento contábil?

- a) Débito na conta Móveis e Utensílios no valor de R\$ 10.000.
- b) Aumento do Passivo no valor de R\$ 100.000.
- c) Débito na conta Fornecedores no valor de R\$ 90.000.
- d) Decréscimo do Patrimônio Líquido em R\$ 10.000.
- e) Aumento do Ativo no valor de R\$ 90.000.

Resolução:
Lançamento:

D = Móveis e Utensílios.....100.000 (aumenta o ativo)

C = Caixa.....10.000 (diminui o ativo)

C = Fornecedores.....90.000 (aumenta o passivo)

Assim, a conta móveis e utensílios aumentou em 100.000,00 e a conta caixa diminui em 10.000,00 (ambas são contas do ativo). Portanto, o **ativo e o passivo aumentaram em 90.000,00 e o patrimônio líquido não foi alterado.**

Gabarito: Letra E.

5. A compra de mercadorias para revenda, com incidência de ICMS, pagando 50% de entrada e o restante com 30 dias, gera um lançamento contábil de

- a) quarta fórmula.
- b) segunda fórmula.
- c) primeira fórmula.
- d) terceira fórmula.

Resolução:

A compra de mercadorias para revenda, com incidência de ICMS, pagando 50% de entrada e o restante com 30 dias, gera um lançamento contábil de

a) quarta fórmula.

ALTERNATIVA CORRETA. A questão solicita do candidato conhecimento acerca das fórmulas de lançamento e do entendimento em relação ao registro da operação acima. Para facilitar a visualização, vamos pressupor uma operação de compra de mercadorias no total de R\$ 100.000,00 e uma alíquota de 18% para o ICMS. O lançamento da questão é equivalente a este abaixo:

- D - Mercadorias - R\$ 82.000,00
- D - ICMS a recuperar - R\$ 18.000,00
- C - Caixa - R\$ 50.000,00
- C - Fornecedores - R\$ 50.000,00

Nesta operação, registramos duas contas devedoras e duas contas credoras, de modo que estamos diante de um lançamento de quarta fórmula, conforme podemos visualizar pela relação abaixo:

Fórmula/Contas	Contas Credoras	Contas Devedoras
1ª Fórmula:	1	1
2ª Fórmula:	2 ou mais	1
3ª Fórmula:	1	2 ou mais
4ª Fórmula:	2 ou mais	2 ou mais

Gabarito: Letra A.

6. Os elementos constitutivos do patrimônio de uma entidade sofrem frequentes variações, em virtude principalmente da atividade operacional. Fatos contábeis são os eventos, de natureza econômica em sua maioria, que provocam tais alterações e que são registrados pela Contabilidade em função de uma planificação anterior. Por sua vez, os fatos contábeis podem ser classificados em três grupos. São eles:

- a) Fatos Modificativos, Fatos Compensativos e Fatos Mistos.
- b) Fatos Permutativos, Fatos Compensativos e Fatos Mistos.
- c) Fatos Permutativos, Fatos Modificativos e Fatos Administrativos.
- d) Fatos Permutativos, Fatos Modificativos e Fatos Mistos.

Resolução:

A questão trata da classificação dos fatos contábeis. Eles podem ser classificados em permutativos, modificativos e mistos.

Fato permutativo é aquele em que ocorre uma permutação/alteração entre contas patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido) e não alteram a situação líquida patrimonial;

Os **fatos contábeis modificativos** são aqueles que envolvem, necessariamente, uma conta de receita ou despesa e uma conta patrimonial, alterando a situação líquida da empresa para mais (fato modificativo aumentativo) ou para menos (fato modificativo diminutivo);

O **fato misto** é quando ocorre, ao mesmo tempo, um fato permutativo e um fato modificativo, podendo ser classificado em aumentativo ou diminutivo. Envolve necessariamente duas ou mais contas patrimoniais e uma ou mais contas de resultado.

Vejamos as alternativas:

- a) Fatos Modificativos, Fatos Compensativos e Fatos Mistos. **Errado**

A questão pecou um pouco aqui, visto que **fatos compensativos** é uma das denominações utilizadas para fato permutativo, além de descrever bem a sua sistemática, visto que os fatos permutativos são aqueles que, quando registrados, compensam valores entre contas do ativo, do passivo, patrimônio líquido, ou entre ambas. Nesse caso, devemos avaliar as outras alternativas. Caso não tivesse uma com os nomes tradicionais, essa seria uma resposta válida.

- b) Fatos Permutativos, Fatos Compensativos e Fatos Mistos. **Errado**

Faltou mencionar os **fatos modificativos**.

- c) Fatos Permutativos, Fatos Modificativos e ~~Fatos Administrativos~~. **Errado**

~~Fatos administrativos~~ não são objeto de registro na contabilidade.

- d) Fatos Permutativos, Fatos Modificativos e Fatos Mistos. **Correto**

Gabarito: Letra D.

7. Considere os regimes de competência e caixa. Então, preencha o quadro a seguir, considerando os efeitos desses dois regimes e, em seguida, marque a alternativa que demonstra, respectivamente, a aplicação do regime de caixa no fato A e o regime de competência no fato B.

Fato contábil	Regimes de Competência	Regime de Caixa
A) Determinada loja de eletrodoméstico, vendeu uma televisão a vista pelo valor de R\$ 3.600,00.		
B) Uma academia de ginástica recebeu a vista de um de seus clientes, o valor de R\$ 1.000,00, correspondente à 10 mensalidades		

- a) R\$ 100,00 e R\$ 1.000,00
- b) R\$ 1.000,00 e R\$ 100,00
- c) R\$ 3.600,00 e R\$ 100,00
- d) R\$ 360,00 e R\$ 3.600,00
- e) R\$ 1.000,00 e R\$ 1.000,00

Resolução:

No fato A, houve uma entrada de dinheiro (pagamento à vista) no valor de **3.600**. Não foram registradas despesas nesta operação.

1) REGIME DE CAIXA (fato A):

a) Receitas:

Receita recebida.....3.600

b) Despesas:

Despesa paga.....0

Resultado = Receita - Despesa

Resultado = 3.600 - 0

Resultado = 3.600 (lucro)

No fato B, houve uma entrada de dinheiro (pagamento total à vista) no valor de 1.000, porém referente a 10 mensalidades. Logo, o valor de cada mensalidade equivale a **100** ($1.000 / 10$) e, de acordo com o regime de competência, registra-se esse valor. Não foram registradas despesas nesta operação.

2) REGIME DE COMPETÊNCIA (fato B):

a) Receitas:

Receita realizada.....100

b) Despesas:

Despesa incorrida.....0

Resultado = Receita - Despesa

Resultado = 100 - 0

Resultado = 100 (lucro)

Gabarito: Letra C.

8. Para responder à questão, considere a seguinte situação hipotética: Determinada empresa comercial não possuía estoque de mercadorias para revenda no dia 02 de maio, data em que adquiriu 200 unidades ao preço unitário de R\$ 40,00. Após isso, no dia 09, vendeu 100 unidades. Nos dias 16 e 23, efetuou mais duas compras, de 100 e 50

unidades, respectivamente, ambas ao preço unitário de 50,00. E, por fim, vendeu 200 unidades da mercadoria no dia 30 de maio.

Adotando-se o Método PEPS para avaliação dos estoques, é correto afirmar que:

- No final do período, restou um estoque avaliado em R\$ 2.000,00.
- No final do período, restou um estoque avaliado em R\$ 2.300,00.
- O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 9.000,00.
- O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 9.200,00.
- O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 13.000,00.

Resolução:

A questão versa sobre Estoques.

No critério de avaliação dos Estoques através do Método PEPS (**Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair**), as **mercadorias** que eram **entradas** no **estoque anteriormente** serão as **primeiras** asserem **utilizadas** nas eventuais **vendas**, em **detrimento** das mercadorias **adquiridas** mais **recentemente**. Para a contabilização das entradas e saídas sugiro que, nas questões de prova, você faça uma tabela com as mercadorias com valores unitários diferentes, tendo em vista o preço pago quando da sua aquisição.

Para melhor visualização dos eventos e seus efeitos sobre o estoque de mercadorias, transcrevi todos os acontecimentos na tabela abaixo:

Gabarito: Letra E.

9. Uma companhia comercial adquiriu mercadorias no valor total de R\$ 3.300.000,00 (IPI incluso no valor de R\$ 300.000,00 não recuperável).

Posteriormente, vendeu 50% desse lote por R\$ 2.000.000,00. Ambas as operações foram taxadas pelo Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) à alíquota de 18%, e a companhia é tributada tanto pela Contribuição para a Integração Social (PIS) quanto pela Contribuição para a Seguridade Social (COFINS) no regime de incidência cumulativa, cuja alíquota conjunta é 3,65%.

O lucro bruto auferido nessa operação correspondeu, em R\$, a

- 187.000,00
- 180.000,00
- 170.000,00
- 167.000,00
- 160.000,00

Resolução:

Vejamos os itens que compõem o custo dos estoques, conforme CPC 16:

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição

- Preço pago = 3.300.000
- (-) IPI imposto não recuperável = 300.000,00
- Base cálculo ICMS = $3.300.000 - 300.000 = 3.000.000,00$
- (-) ICMS recuperável = $3.000.000 \times 0,18 = 540.000,00$
- PIS COFINS não altera - regime de tributação cumulativa.
- Valor das mercadorias = Valor Pago - ICMS não recuperável + IPI
- Valor das mercadorias = $3.000.000 - 540.000 + 300.000 = 2.760.000,00$

Foi vendido 50% das mercadorias, portanto o CMV = $2.760.000 \times 0,50 = 1.380.000,00$

Memorizem esta estrutura básica da DRE para as resoluções sobre o resultado do Exercício:

Receita Bruta

(-) Deduções da Receita Bruta (Devoluções de vendas, Abatimentos, Impostos sobre vendas)

= Receita Líquida

(-) custo das Mercadorias ou Serviços

= Lucro Bruto

(-) Despesas Operacionais (operacionais, vendas, administrativas)

(+/-) Receitas/Despesas Financeiras

(+/-) Outras Receitas e Despesas

= Resultado Operacional antes do IRPF/CSLL

(-) IRPF e CSLL

= Lucro Líquido

Assim, vamos classificar os itens que temos na nossa questão:

- Receita Bruta = 2.000.000,00
- (-) Deduções da Receita Bruta = $360.000 + 73.000 = 433.000,00$
 - ICMS sobre vendas 18% = $0,18 \times 2.000.000 = 360.000$
 - PIS/COFINS (0,65% PIS + 3,00% COFINS = 3,65%) $0,0365 \times 2.000.000 = 73.000,00$
- **= Receita Líquida = $2.000.000 - 433.000 = 1.567.000,00$**
- (-) custo das Mercadorias ou Serviços = 1.380.000,00
- **= Lucro Bruto = $1.567.000 - 1.380.000 = R\$ 187.000,00$.**

Gabarito: Letra A.

10. Considerando os dados a seguir para responder a questão.

Empresa Magnus Comércio S.A.		
Balancete de Verificação em 31/12/2017 (em R\$)		
CONTAS	SALDOS FINAIS	
	Devedores	Credores
Caixa	1.400,00	
Móveis e Utensílios	2.300,00	
Depreciação acumulada de Móveis e Utensílios		400,00
Estoque inicial de mercadorias para venda	1.500,00	
Clientes	3.000,00	
Capital Social		4.000,00
Fornecedores		3.000,00
Despesa com salários	1.000,00	
Despesa com viagens	500,00	
Compra de mercadorias para venda	2.000,00	
Venda de mercadorias		5.000,00
Despesa com depreciação	400,00	
Despesa com aluguéis	300,00	
Total	12.400,00	12.400,00

Sabendo-se que o estoque final de mercadorias, em 31/12/2017, é de R\$ 1.700,00, assinale a alternativa que apresenta o valor do Custo das Mercadorias Vendidas, o montante do Ativo e o Lucro Líquido, respectivamente:

- a) 1.500,00, 6.100,00 e 1.800,00.
- b) 1.800,00, 8.000,00 e 1.000,00.
- c) 2.000,00, 5.000,00 e 3.200,00.
- d) 1.700,00, 4.000,00 e 5.000,00.

Resolução:

CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA (CMV)

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{COMPRAS} - \text{EF}$$

$$\text{CMV} = 1.500 + 2.000 - 1.700$$

$$\text{CMV} = \mathbf{1.800}$$

ATIVO

Caixa.....	1.400
Móveis e Utensílios.....	2.300
Depreciação acumulada de Móveis e Utensílios...(400)	
Estoque.....	1.700
Clientes.....	3.000
= TOTAL DO ATIVO.....	8.000

Capital Social ---> PL

Fornecedores ---> Passivo

DRE

Receita Bruta.....	5.000
(-) Deduções.....	(0)
= Receita Líquida.....	5.000
(-) CMV.....	(1.800)
= Lucro Bruto.....	3.200
(-) Despesa com salários.....	(1.000)
(-) Despesa com viagens.....	(500)
(-) Despesa com depreciação.....	(400)
(-) Despesa com aluguéis.....	(300)
= Lucro Líquido.....	1.000

Gabarito: Letra B.

11. Sobre a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que fornece aos usuários informações sobre como o resultado do período (lucro ou prejuízo) foi formado, não é correto afirmar o seguinte:

- a) o primeiro item da DRE elaborada e divulgada pelas sociedades anônimas de capital aberto é a receita bruta de vendas, em que, após as deduções de impostos incidentes, descontos incondicionais e devoluções, apura-se a receita líquida de vendas.
- b) computa-se na DRE a parcela dos resultados de empresas investidas cujo reconhecimento é por meio do método de equivalência patrimonial.
- c) as despesas operacionais são segregadas por subtotais em: despesas com vendas, despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais.
- d) o ganho com a venda de um ativo não circulante imobilizado deve estar demonstrado como outras receitas, antes da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

e) a DRE é elaborada em estrita obediência ao regime de competência, embora a legislação tributária aceite a tributação da receita pelo regime de caixa em algumas modalidades de tributação ou situações especiais.

Resolução:

Vamos verificar a informação **incorreta** sobre a DR - Demonstração do resultado:

a) o primeiro item da DRE elaborada e divulgada pelas sociedades anônimas de capital aberto é a receita bruta de vendas, em que, após as deduções de impostos incidentes, **descontos incondicionais** e devoluções, apura-se a receita líquida de vendas.

ERRADO. O que entra na dedução da receita bruta são os abatimentos. E a diferença entre eles é sutil: abatimento é após emissão da nota fiscal, ou seja, após o faturamento do produto. Desconto é concedido antes do faturamento do produto. Portanto, a dedução envolve apenas o abatimento.

b) computa-se na DRE a parcela dos resultados de empresas investidas cujo reconhecimento é por meio do método de equivalência patrimonial.

CORRETO. O valor positivo ou negativo da equivalência patrimonial será computado em "outras receitas e despesas".

c) as despesas operacionais são segregadas por subtotais em: despesas com vendas, despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais.

CORRETO. Essa é a divisão interna das despesas operacionais. Perceba que envolve tudo aquilo que é necessário para que o negócio da empresa seja fluido.

d) o ganho com a venda de um ativo não circulante imobilizado deve estar demonstrado como outras receitas, antes da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

CORRETO. O ganho na venda de bens e direitos do ativo não circulante deve ser contabilizado em "outras receitas".

e) a DRE é elaborada em estrita obediência ao regime de competência, embora a legislação tributária aceite a tributação da receita pelo regime de caixa em algumas modalidades de tributação ou situações especiais.

CORRETO. O regime de competência é amplamente adotado na contabilidade, existindo exceções específicas para a utilização do regime de caixa, por exemplo empresas que adotam o lucro presumido.

Gabarito: Letra A.

12. Saldos extraídos da contabilidade em 31/10/20X1 para fins de levantamento do balancete de verificação.

CONTA	SALDO EM R\$
Caixa	900,00
Bancos	1.000,00
Duplicatas a receber	800,00
Estoques	1.100,00
Aplicações financeiras	900,00
Móveis e utensílios	1.200,00
Equipamentos	?
Veículos	1.600,00
Duplicatas a pagar	900,00
Contas a pagar	700,00
Salários a pagar	600,00
Capital social	6.000,00
Receitas de vendas	1.900,00
Receitas de serviços	800,00
Despesas financeiras	400,00
Receitas financeiras	100,00
Despesas de salários	1.300,00
Despesas de aluguel	200,00
Despesas administrativas	700,00

O saldo da conta **Equipamentos** foi

- a) R\$ 0,00.
- b) R\$ 700,00 devedor.
- c) R\$ 700,00 credor.
- d) R\$ 900,00 devedor.
- e) R\$ 900,00 credor.

Resolução:

Aqui temos a exigência do examinador de que o candidato conhecesse a estrutura do **balanço patrimonial** para se chegar ao valor de "Equipamentos", por meio da igualdade **Ativo = Passivo**. Vejamos:

DRE	
Receitas de vendas	1.900,00
Receitas de serviços	800,00
(-) Despesas financeiras	400,00
Receitas financeiras	100,00
(-) Despesas de salários	1.300,00
(-) Despesas de aluguel	200,00
(-) Despesas administrativas	700,00
(=) Lucro Líquido	200,00

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	4.700,00	PASSIVO CIRCULANTE	2.200,00
Caixa	900,00		
Bancos	1.000,00	Duplicatas a pagar	900,00
Duplicatas a receber	800,00	Contas a pagar	700,00
Estoques	1.100,00	Salários a pagar	600,00
Aplicações financeiras	900,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.800,00 + ?	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Móveis e utensílios	1.200,00	Capital social	6.000,00
Equipamentos	?	Lucros Acumulados	200,00
Veículos	1.600,00		
TOTAL	7.500,00 + ?	TOTAL	8.400,00

Observe que a falta do valor de equipamentos gera uma diferença entre os dois lados do balanço na parte com **saldo devedor** (Ativo). Portanto, basta igualar os dois lados para que se ache a diferença, sendo esta o valor de "Equipamentos":

$$7.500 + \text{Equipamentos} = 8.400 \\ \text{Equipamentos} = 900 \text{ (devedor).}$$

Gabarito: Letra D.
13.

ATIVO	Saldo	PASSIVO	Saldo
Caixa	900,00	Fornecedores (duplicatas a pagar)	900,00
Bancos	1.000,00	Impostos a recolher	700,00
Clientes (duplicatas a receber)	800,00	Salários a pagar	600,00
Mercadorias	1.100,00		
Aplicações financeiras	900,00		
Móveis e utensílios	1.200,00	Capital social	5.300,00
Equipamentos	1.600,00		

Com relação ao balanço patrimonial apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) O ativo circulante é totalmente coberto pelo capital de terceiros.
- b) O ativo não circulante é maior que o patrimônio líquido.
- c) Uma parte do ativo circulante é financiada com capital próprio.
- d) A empresa utiliza mais capital de terceiros do que capital próprio.
- e) O balanço apresenta passivo a descoberto.

Resolução:

Com base no balanço patrimonial já classificado abaixo, irei analisar cada alternativa e apontar a correta:

ATIVO	PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE	4.700,00	PASSIVO CIRCULANTE	2.200,00
Caixa	900,00	Fornecedores (duplicatas a pagar)	900,00
Bancos	1.000,00	Impostos a recolher	700,00
Clientes (duplicatas a receber)	800,00	Salários a pagar	600,00
Mercadorias	1.100,00		
Aplicações financeiras	900,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.800,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Móveis e utensílios	1.200,00	Capital social	5.300,00
Equipamentos	1.600,00		

- a) O ativo circulante é **totalmente coberto** pelo capital de terceiros.**

ERRADO: conforme tabela cima, podemos perceber que o ativo circulante é MAIOR que o capital terceiros (Passivo circulante), dessa forma, não temos uma cobertura total pelo PC.

- b) O ativo não circulante é **maior** que o patrimônio líquido.**

ERRADO: o ANC (2.800) é MENOR que o PL (5.300).

c) Uma parte do ativo circulante é financiada com capital próprio.

CERTO: Do total do AC 2.200 é financiado por capitais de terceiros e 2.500 é financiado por capital próprio. Então podemos afirmar que uma parte do ativo circulante é financiada com capital próprio.

d) A empresa utiliza mais ~~capital de terceiros do que capital próprio.~~

ERRADO: na verdade é o contrário, o PL (capital próprio) representa financiamento maior do que a utilização de capitais de terceiros (Passivo circulante)

e) O balanço apresenta ~~passivo a descoberto.~~

ERRADO: Ocorre passivo a descoberto quando o capital de terceiros (passivo circulante e não circulante) supera o valor dos ativos (AC+ANC), deixando o PL negativo. Conforme análise da tabela acima, podemos observar que o PL está positivo, o que evidencia a inexistência do passivo a descoberto.

Gabarito: Letra C.

14. Um tesoureiro verificou que em determinado momento da escrituração foi realizado o seguinte lançamento contábil:

D. Despesas pagas antecipadamente

C. Fornecedores a pagar

Considerando que D representa um débito e C um crédito, pode-se afirmar que o lançamento contábil acima:

a) Demonstra o registro do pagamento de uma despesa.

b) Reduziu o resultado do exercício.

c) Aumentou o ativo e reduziu o passivo.

d) Aumentou o passivo e diminuiu o ativo.

e) Não provocou alteração no patrimônio líquido.

Resolução:

Questão sobre Balanço Patrimonial e classificação das Contas.

No caso temos a seguinte classificação:

• **Despesas pagas antecipadamente - Ativo:** registra despesas que já foram pagas, mas que ainda não se recebeu um serviço/produto/benefício correspondente; de outra forma, são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes.

• **Fornecedores a pagar - Passivo:** registra despesas incorridas, mas ainda não pagas junto a fornecedores; por exemplo uma compra a prazo.

a) Demonstra o registro do pagamento de uma despesa.

ERRADA. O registro do pagamento de uma despesa ocorreria pelo lançamento:

D - Despesas administrativas - Resultado

C - Caixa - Ativo

b) Reduziu o resultado do exercício.

ERRADA. Este lançamento não afeta o resultado. Não há aqui contas típicas de resultado. É um fato contábil qualitativo, alterando apenas a composição de Ativo e Passivo (sem afetar o PL).

c) Aumentou o ativo e reduziu o passivo.

ERRADA. Houve aumento do ativo e do passivo (débito em conta do ativo e crédito em conta do passivo).

d) Aumentou o passivo e diminuiu o ativo.

ERRADA. Houve aumento do ativo e do passivo (débito em conta do ativo e crédito em conta do passivo).

e) Não provocou alteração no patrimônio líquido.

CERTA. Como não há contas de resultado envolvidas e a questão não trouxe quaisquer valores explicitados, é possível inferir que não há alteração no PL.

Gabarito: Letra E.

15. Uma indústria sediada em São Paulo importou uma máquina para sua produção industrial. Incorreu nos seguintes gastos, em reais:

- Preço da máquina colocada no porto de Santos, sem impostos 2.300.000,00
- Impostos pagos não recuperáveis 400.000,00
- Taxas de armazenagem e alfandegárias no porto 120.000,00
- Despesas com frete da máquina até a fábrica 30.000,00
- Gastos com instalação da máquina 40.000,00

A máquina foi colocada em funcionamento em primeiro de maio do exercício corrente. Seu valor residual foi estimado em 250.000,00 pelo departamento de engenharia da fábrica. O mesmo departamento estimou sua vida útil em 10 anos.

O valor da despesa de depreciação que deve ser lançado no final do exercício corrente corresponde, em R\$, a:

- a) 220.000,00
- b) 214.500,00
- c) 176.000,00
- d) 174.000,00
- e) 173.333,33

Resolução:

De acordo com o **CPC 27**, os itens que fazem parte do **custo do imobilizado** são:

16. O CUSTO de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu **preço de aquisição**, acrescido de **impostos de importação** e **impostos não recuperáveis** sobre a compra, depois de deduzidos os **descontos comerciais e abatimentos**;
- (b) quaisquer **custos diretamente atribuíveis** para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos **custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local** (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de **benefícios aos empregados** decorrentes diretamente da **construção ou aquisição** de item do ativo imobilizado;
- (b) custos de **preparação do local**;
- (c) custos de **frete** e de **manuseio** (para recebimento e instalação);
- (d) **custos de instalação** e montagem;
- (e) custos com **testes** para verificar se o **ativo está funcionando corretamente**, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento);
- (f) **honorários profissionais**.

Então, de acordo com os dados da questão:

Preço da máquina	2.300.000
+ Impostos pagos não recuperáveis.....	400.000
+ Taxas de armazenagem e alfandegárias no porto.....	120.000
+ Despesas com frete da máquina até a fábrica.....	30.000
+ Gastos com instalação da máquina.....	40.000
= Valor do Bem (VB).....	2.890.00
(-) Valor Residual.....	(250.000)
= Valor Depreciável.....	2.640.000

(-) Depreciação Acumulada (DA)

- Vida Útil = 10 anos = 120 meses
- Período de Depreciação = 8 meses (maio até dezembro)

$$\text{DA} = \text{Valor Depreciável} / \text{Vida Útil} \quad \text{DA} = 2.640.000 / 120$$

$$\text{DA} = 22.000 \text{ ao mês} * 8$$

$$\text{DA} = \textbf{176.000}$$

$$= \text{Valor Contábil (VB - DA)} \dots \textbf{2.714.000}$$

Gabarito: Letra C.

16. Supondo que uma sociedade adquiriu um veículo para seu ativo imobilizado em 01/07/2017 e este entrou em operação na mesma data, tendo como principal finalidade o transporte dos vendedores da empresa. Para resolver a questão utilize os dados abaixo:

- Valor do bem R\$ 250.000,00.
- Valor residual R\$ 40.000,00.
- Vida útil 5 anos.
- Método de depreciação: linear.

Em 30/06/2018, o valor líquido contábil do bem era de:

- a) R\$ 180.000,00.
- b) R\$ 194.000,00.
- c) R\$ 200.000,00.
- d) R\$ 202.000,00.
- e) R\$ 208.000,00.

Resolução:

Vamos segregar os dados que serão utilizados para encontrar o valor da **depreciação anual**:

- Valor **Contábil Bruto** = R\$ 250.000,00
- Valor Residual = R\$ 40.000,00
- Valor depreciável = $250.000 - 40.000 = R\$ 210.000,00$.
- **Vida útil econômica** 5 anos
- **Tempo depreciado** 1 ano (01/07/2017 a 30/06/2018)

Com isto, podemos efetuar o cálculo da depreciação anual:

- Depreciação anual = Valor depreciável / Vida útil econômica = $210.000 / 5 = R\$ 42.000,00 \text{ por ano}$

Valor contábil líquido = Valor contábil Bruto - Depreciação = $250.000 - 42.000 = R\$ 208.000,00$.

Gabarito: Letra E.



17. A entidade deve avaliar se há alguma indicação de que um ativo imobilizado ou intangível possa ter sofrido perda por irrecuperabilidade. Caso o valor contábil de um ativo imobilizado ou intangível apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está na seguinte situação:

- a) exaurido.
- b) amortizado.
- c) depreciado.
- d) reduzido.
- e) imparidade.

Resolução:

O ativo imobilizado ou intangível que apresenta valor contábil acima do valor que será recuperado através do uso ou da venda está em situação de **imparidade**. O termo **imparidade** equivale a "**impairment**", em inglês, e significa um ativo que está **deteriorado, desvalorizado**.

As entidades devem fazer o "**teste de impairment**", ou "**teste de redução ao valor recuperável**", conforme nomenclatura do CPC 01 (R1), quando houver **indicação de que o ativo possa estar desvalorizado, e independentemente de qualquer indicação, ao menos anualmente** para os **ativos intangíveis sem vida útil definida**, ativos **intangíveis não disponíveis para uso** e o **ágio pago por expectativa de rentabilidade futura** em combinação de negócios.

Portanto, a alternativa correta é a letra e - imparidade. Porém, vamos verificar o erro das outras alternativas:

Letra A - ERRADA. Um ativo é **exaurido em função da exaustão**. A exaustão é feita de forma similar à depreciação, porém equivale à redução do valor do investimento aplicado na exploração de recursos minerais ou florestais.

Letra B - ERRADA. Assim como a exaustão, a **amortização é similar à depreciação**, sendo utilizada na **redução de valor** de investimentos feitos na **aquisição de direitos de propriedade ou de ativos com prazo de utilização** contratualmente limitados.

Letra C - ERRADA. O ativo está depreciado quando chega ao final de sua vida útil.

Letra D - ERRADA. O ativo **pode ter seu valor recuperável reduzido**, mas ele **não estará em situação de "reduzido"**. Estará em situação de imparidade, com perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

Gabarito: Letra E.

18. Uma determinada instituição financeira constitui, de forma frequente, estimativa de crédito de liquidação duvidosa. Sobre esse caso não é correto afirmar que

- a) a constituição da perda estimada deve considerar os níveis adequados de risco de crédito, atualizá-lo periodicamente e em obediência ao regime de competência.
- b) deverá realizar a perda estimada pela absorção dos créditos não recebidos, quando os gestores os considerarem incobráveis.
- c) deverá ser feita a reversão da perda estimada quando constituída em excesso ao valor efetivamente perdido.
- d) para efeitos fiscais, face à indedutibilidade, a despesa com a provisão deverá ser excluída da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

e) deve ser feita a baixa dos créditos como perdas efetivas do período quando a estimativa for constituída em valor inferior às perdas efetivamente ocorridas.

Resolução:

A respeito da provisão para crédito de liquidação duvidosa, vejamos as alternativas:

a) a constituição da perda estimada deve considerar os níveis adequados de risco de crédito, atualizá-lo periodicamente e em obediência ao regime de competência.

CORRETO. De acordo com as regras das operações de crédito, fornecidas pelo Banco Central do Brasil, a constituição de perda estimada deve estar adequada ao risco do crédito. Atualização conforme regime de competência é norteador contábil, em que as receitas e despesas são contabilizadas independentemente do seu recebimento ou pagamento, respectivamente.

b) deverá realizar a perda estimada pela absorção dos créditos não recebidos, quando os gestores os considerarem incobráveis.

CORRETO. A lei 9.430/96 afirma que os créditos incobráveis devem ser baixados contabilmente, segundo normas legais.

c) deverá ser feita a reversão da perda estimada quando constituída em excesso ao valor efetivamente perdido.

CORRETO. A reversão ocorre com o recebimento do crédito ou negociação. O tratamento independe da legislação fiscal e compreende a reversão, quando essa for maior que aquele que realmente foi perdido.

d) para efeitos fiscais, face à indedutibilidade, a despesa com a provisão **deverá** ser excluída da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

ERRADO. A RFB e a lei 9.249/95 vedam qualquer provisão, com exceção apenas daquelas constituídas para: férias de empregados e 13º salário; reservas técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável.

e) deve ser feita a baixa dos créditos como perdas efetivas do período quando a estimativa for constituída em valor inferior às perdas efetivamente ocorridas.

CORRETO. Quando a estimativa for menor que a perda de fato, a diferença deverá ser baixada como perda efetiva. Se não fosse assim, as estimativas seriam sempre menores, para que não ocorresse a baixa.

Gabarito: Letra D.
19. Com relação à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL poderá ser incluída na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, a qual é mais abrangente que a anterior.

II. Quando a Entidade evidenciar o resultado e sua destinação nas Notas Explicativas, está desobrigada de publicar a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.

III. A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA discriminará, entre outros, o saldo do início do período, as reversões de reservas de lucro e o lucro líquido do exercício.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.



Resolução:

Analisemos cada um dos itens. Acompanhe.

I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL poderá ser incluída na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, a qual é mais abrangente que a anterior.

FALSO. A Lei n.^o 6.404/76 exige a elaboração da DLPA e faculta a sua inclusão na DMPL, que é mais abrangente. Veja que o item inverteu as coisas. Olha aqui a letra da Lei:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

II. Quando a Entidade evidenciar o resultado e sua destinação nas Notas Explicativas, está desobrigada de publicar a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.

FALSO. Como já disse acima, no item I, a publicação da DLPA é obrigatória (art. 176, II, da Lei n.^o 6.404/76) e não há essa ressalva permitindo a sua não publicação porque houve divulgação em Nota Explicativa de certos itens que a compunham.

III. A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA discriminará, entre outros, o saldo do início do período, as reversões de reservas de lucro e o lucro líquido do exercício.

VERDADEIRO. Está literalmente na Lei n.^o 6.404/76:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Gabarito: Letra A.**20. Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é possível:**

- Constatar as principais atividades da empresa.
- Verificar o comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando a identificação das causas de seu acréscimo ou decréscimo.
- Compreender as disponibilidades da empresa.
- Calcular os estoques dos produtos acabados e dos produtos em elaboração.
- Analizar a dependência financeira da empresa do capital de terceiros.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) Constatar as principais atividades da empresa.

INCORRETO. Na verdade, tais itens serão apresentados na DFC, nos três fluxos existentes.

b) Verificar o comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando a identificação das causas de seu acréscimo ou decréscimo.

CORRETO. Exatamente, a DMPL demonstra as alterações ocorridas no PL (capital próprio) da entidade.

c) Compreender as disponibilidades da empresa.

INCORRETO. As disponibilidades são apresentadas no Balanço Patrimonial.

d) Calcular os estoques dos produtos acabados e dos produtos em elaboração.

INCORRETO. Tais itens serão demonstrados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

e) Analisar a dependência financeira da empresa do capital de terceiros.

INCORRETO. Tal indicador pode ser calculado através do Balanço Patrimonial.

Gabarito: Letra B.

21. Sobre os juros e dividendos na demonstração de fluxos de caixa, analisar os itens abaixo:

I. Os fluxos de caixa referentes a juros, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.

II. O montante total dos juros pagos durante o período é divulgado na demonstração dos fluxos de caixa, quer tenha sido reconhecido como despesa na demonstração do resultado, quer tenha sido capitalizado, conforme a NBC TG 20 – Custos de Empréstimos.

III. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos podem ser classificados como fluxo de caixa de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente o item III.
- d) Somente os itens I e II.
- e) Todos os itens.

Resolução:

Para classificar **juros** pagos e recebidos e os **dividendos e os juros sobre o capital** pagos e recebidos lembre-se do: **OI! OI! FOF**

1) Juros: (ITEM I) a) RECEBIDOS:

- Encoraja (principal): **Operacional**
- Alternativa: **Investimento**

b) PAGOS:

- Encoraja (principal): **Operacional**
- Alternativa: **Financiamento**

2) Dividendos e Juros s/ Capital Próprio: (ITEM I) a) RECEBIDOS:

- Encoraja (principal): **Operacional**
- Alternativa: **Investimento**

b) PAGOS:

- Encoraja (principal): **Financiamento (ITEM III)**
- Alternativa: **Operacional**

O **ITEM II** está de acordo com o CPC 03 (demonstração dos fluxos de caixa):

32. *O montante total dos juros pagos durante o período é divulgado na demonstração dos fluxos de caixa, quer tenha sido reconhecido como despesa na demonstração do resultado, quer tenha sido capitalizado, conforme a NBC TG 20 – Custos de Empréstimos.*

Gabarito: Letra E.

22. A expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, representa o conceito de:

- a) plano de contas.
- b) contas.
- c) balancete.
- d) razão.
- e) razonete.

Resolução:

Segundo Ribeiro (2013), **Conta** é o nome técnico que identifica um **Componente Patrimonial** (Bem, Direito, Obrigação ou Patrimônio Líquido) ou um **Componente de Resultado** (Despesa ou Receita).

Todos os acontecimentos que fazem parte do dia a dia da empresa, responsáveis pela gestão do patrimônio - como compras, vendas, pagamentos, recebimentos etc. -, são registrados pela contabilidade por meio de contas.

Assim, toda movimentação de dinheiro (entrada e saída) efetuada dentro da empresa é registrada em uma conta denominada Caixa; os objetos comercializados pela empresa são registrados em uma conta denominada Mercadorias; os Bens de Uso da empresa são registrados em contas que evidenciam a espécie do respectivo bem, como Móveis e Utensílios, Computadores, Veículos, e assim por diante.

Portanto, expressão qualitativa e quantitativa de fatos do patrimônio chama-se **contas**.

Demais alternativas:

a) plano de contas.

ERRADO: plano de contas consiste numa relação padronizada de contas a serem utilizadas no registro das operações pelos profissionais da área de contabilidade. Compõem-se de Elenco de Contas e pelo Manual de Contas e estabelece a relação de títulos ou rubricas a serem adotadas nos registros contábeis das operações da empresa, indicando a função e o funcionamento de cada conta

c) balancete.

ERRADO: Balancete é uma relação de contas extraídas do Livro Razão (ou dos Razonetes), com seus respectivos saldos devedores e credores

d) razão.

ERRADO: Razão é o livro contábil que controla separadamente o movimento de cada conta (sistêmico).

e) razonete.

ERRADO: Também denominado gráfico em T ou conta em T, o Razonete nada mais é do que uma versão simplificada do Livro Razão

Gabarito: Letra B.

23. Com base na Teoria das Contas, assinale a alternativa correta.

- a) As contas representativas de bens, direitos e obrigações classificam-se em permanentes e transitórias.
- b) As contas de resultado compõem o Balanço Patrimonial.
- c) As contas de resultado ou transitórias são abertas no início do exercício contábil e encerradas no final do período.
- d) Os saldos remanescentes das contas transitórias de um período são transferidos para o exercício seguinte.
- e) Todas as contas patrimoniais devem, ao final de cada exercício contábil, ter os respectivos saldos encerrados e transferidos para a conta Apuração do Resultado do Exercício.

Resolução:

A definição de contas teve resultados diferentes ao longo do período, através de escolas defensoras que surgiram no tempo. Essas escolas apresentavam teorias e a defendiam justificando os critérios adotados em cada uma delas.

Considerando o contexto geral sobre a definição de contas, vamos avaliar as alternativas:

- a) **ERRADO.** Classificam-se em contas patrimoniais e transitórias.
- b) **ERRADO.** O balanço patrimonial é composto por contas patrimoniais, diferentemente da demonstração do resultado do exercício, que é composta por contas de resultado.
- c) **CORRETO.** Exatamente, as contas de resultado (receitas e despesas) devem ser encerradas ao final do exercício. As contas transitórias são utilizadas para fazer essa转移ência de valores. Exemplo: distribuição do lucro da empresa nas contas de reservas.
- d) **ERRADO.** As contas transitórias devem ter saldos zerados no final do exercício. Por isso são "transitórias", apenas para destinar saldo para outra conta.
- e) **ERRADO.** Essa é a regra para as contas de resultado (receitas e despesas).

Gabarito: Letra C.

24. A Companhia Alfa Ltda. possui um Caixa no valor de \$ 10.000, Duplicatas a Receber no valor de \$ 50.000; seu saldo Bancário é positivo em \$ 5.000, e não possui nenhuma conta a pagar. Já a Companhia Beta Ltda. possui um Edifício no valor de \$ 150.000, Estoques no valor de \$ 65.000; sua conta no Banco está negativa em \$ 20.000, possui ainda dívidas de \$ 140.000 com o financiamento do Edifício.

Com base apenas nessas informações e considerando a equação básica do Balanço Patrimonial, responda à questão.

O Valor dos "bens" da Companhia Alfa corresponderá a

- a) \$ 5.000.
- b) \$ 10.000.
- c) \$ 15.000.
- d) \$ 50.000.
- e) \$ 65.000.

Resolução:

Preliminarmente, sabe-se que o "ATIVO" corresponde a todos os recursos (bens e direitos) de titularidade de uma empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.

A questão exige que o candidato saiba diferenciar o que é um "bem" e o que é um "direito". Este assunto, muitas vezes, gera certa confusão entre os candidatos. Para ajudar na compreensão do raciocínio, utilizaremos a "Teoria Personalística" da contabilidade. Segundo esta teoria, para entender a natureza da conta contábil, não é recomendável que se olhe para o objeto que a conta representa, mas sim para a PESSOA que está ligada à empresa através daquele objeto. De acordo com a teoria referida, as contas são classificadas em:

- a) contas de agentes consignatários – representando BENS (ativo);
- b) contas de agentes correspondentes:
 - a débito: representando DIREITOS (ativo);
 - a crédito: representando OBRIGAÇÕES (passivo)
- c) contas dos proprietários – representando (1) a DIFERENÇA ENTRE BENS/DIREITOS e OBRIGAÇÕES (patrimônio líquido), (2) os AUMENTOS dessa diferença (Receitas) e (3) as REDUÇÕES dessa diferença (Despesas).

Com base na classificação acima, para diferenciarmos BEM de um DIREITO, devemos explicar qual a diferença básica entre agentes CONSIGNATÁRIOS de agentes CORRESPONDENTES. Os agentes consignatários podem ser exemplificados como os funcionários e gerentes da própria empresa. Ou seja, são os agentes responsáveis INTERNOS à empresa em questão. O dinheiro em caixa, por exemplo, está consignado a uma pessoa da própria empresa. E quem seria essa pessoa?? Resposta: o Tesoureiro! Este, portanto, agente INTERNO à empresa, tem sob sua responsabilidade a gestão financeira do caixa, representando um BEM no patrimônio.

Por outro lado, os agentes correspondentes a débito são os que referenciam todos os direitos. Estes agentes são aqueles que contratam com a empresa, externas à organização. Assim, entende-se que os DIREITOS da empresa são devidos por estes agentes correspondentes. Sendo mais claro, se a empresa tem um DIREITO, é porque ALGUÉM deve algo a ela. Exemplo: o DIREITO que a empresa possui de exigir que seus CLIENTES (duplicatas a receber) paguem pelas vendas a prazo realizadas; o DIREITO que a empresa tem de sacar seu dinheiro do BANCO (saldo bancário - o banco deve à empresa o valor por ela depositada em conta corrente).

Portanto, diante dos conceitos apresentados, o valor dos "BENS" da companhia ALFA restringe-se ao valor de seu CAIXA: 10.000,00

Gabarito: Letra B.

25. A companhia Gama Industrial apresentou a seguinte relação em determinado período:

Descrição	R\$
Energia elétrica consumida na fábrica	2.490.000,00
Gastos com limpeza da fábrica	830.000,00
Publicidade e propaganda	2.720.000,00
Salário dos supervisores da fábrica	4.700.000,00
Encargos de depreciação das máquinas e equipamentos	1.900.000,00
Mão de obra direta	8.200.000,00
Seguro da fábrica	830.000,00
Comissões sobre vendas	2.100.000,00
Matéria-prima consumida	15.000.000,00
Aluguel da fábrica	3.500.000,00

Com base nos dados disponibilizados, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, aos custos primários e de transformação no período.

- a) R\$ 23.200.000,00 e R\$ 23.530.000,00.
- b) R\$ 24.030.000,00 e R\$ 23.530.000,00.
- c) R\$ 23.200.000,00 e R\$ 22.450.000,00.
- d) R\$ 24.030.000,00 e R\$ 22.450.000,00.

Resolução:

Questão que versa sobre classificação de custos.

Tenhamos em mente que os custos primários abrangem o custo com matéria-prima e o custo de mão de obra direta.

Isso está perfeitamente identificado no quadro.

Então:

$$CPr = MP + MOD$$

$$CPr = 15.000.000 + 8.200.000C$$

$$CPr = 23.200.000C$$

Quanto ao custo de transformação, trata-se da soma entre mão de obra direta e os custos indiretos de produção:

$$CT = MOD + CIP$$

Aqui, temos mais de um.

Da tabela apresentada, são custos indiretos de produção todos aqueles valores que estão ligados à manutenção e funcionamento da fábrica.

Então, energia elétrica, supervisão, seguro, aluguel e limpeza da fábrica entram no cálculo, assim como depreciação das máquinas.

Comissão sobre vendas e gastos com publicidade são despesas e, portanto, não são computados aqui.

Então:

$$CT = 8.200.000 + 2.490.000 + 830.000 + 4.700.000 + 1.900.000 + 830.000 + 3.500.000$$

$$CT = 22.450.000$$

Gabarito: Letra C.

26. No método de Custo Variável, os custos fixos são

- a) incorporados ao produto.
- b) considerados custos indiretos.
- c) atribuídos anualmente à produção.
- d) lançados diretamente no resultado do exercício.
- e) considerados despesas correntes

Resolução:

- a) incorporados ao produto.**

ERRADO: No custo variável, os custos fixos são apropriados no resultado e as variáveis são incorporados ao estoque, as despesas vão para o resultado.

b) considerados custos indiretos.

ERRADO: O custo indireto pode ser variável ou fixo, apenas a parcela fixa vai para o produto, o restante é apropriado ao resultado.

c) atribuídos anualmente à produção.

ERRADO: Atribui-se ao produto assim que se identifica e se amolda aos conceitos de custos o gasto com o produto, e desde que seja variável. Sendo assim, não há a limitante temporal anula para se apropriar o custo variável ao produto.

d) lançados diretamente no resultado do exercício.

CERTO: No custeio variável, os custos fixos são apropriados no resultado e os custos variáveis são incorporados ao produto, as despesas vão para o resultado.

e) considerados despesas correntes

ERRADO: Despesa é despesa e custo fixo é custo! São terminologias distintas! no entanto, ambas serão apropriadas ao resultado, o que não significa dizer que o custo fixo será considerado uma despesa, alternativa equivocada.

Gabarito: Letra D.

27. A empresa Etagama fabrica e vende dois produtos: Eta e Gama.

Seguem algumas informações sobre cada produto em X1:

Produto	Eta	Gama
Material direto por unidade (em R\$)	12,00	13,50
Mão de obra direta por unidade (em R\$)	20,00	25,00
Preço unitário (em R\$)	85,00	70,00
Tempo de usinagem por unidade (em horas)	1,80	0,40
Tempo de mão de obra direta por unidade (em horas)	1,40	2,00
Quantidade produzida e vendida (em unid.)	10.000	20.000
Número total de peças transportadas (em unid.)	26.000	12.000
Número total de requisições (em unid.)	8.600	16.000

Sabe-se que a empresa incorreu nos seguintes custos indiretos em X1:

Item	Valor (em R\$)
Depreciação de máquinas de usinagem	105.000,00
Depreciação das empilhadeiras	75.000,00
Gastos com supervisores de mão de obra	75.000,00
Gastos com almoxarifes	40.000,00
Gastos com pessoal do transporte	60.000,00

Recentemente, a empresa Etagama implementou um projeto piloto do Custeio Baseado em Atividades (ABC) em sua fábrica. Ao analisar o seu processo produtivo, a empresa identificou quatro atividades, quais sejam:

- Transportar materiais: realizada por meio de empilhadeiras pelo pessoal do transporte (direcionador de custos da atividade – número de peças transportadas por produto).
- Usinar materiais: realizada por meio das máquinas de usinagem (direcionador de custos da atividade – número de horas de usinagem por produto).
- Fornecer insumos: realizada pelos almoxarifes (direcionador de custos da atividade – número de requisições por produto).

- Supervisionar produção: realizada pelos funcionários que supervisionam a mão de obra (direcionador de custos da atividade – número de horas de mão de obra direta por produto).

Com base apenas nessas informações, é INCORRETO afirmar que, em X1:

- Pelo custeio ABC, o custo total do produto Eta seria superior a R\$ 500.000,00.
- Pelo custeio ABC, o custo total do produto Gama seria superior a R\$ 900.000,00.
- Pelo custeio ABC, o valor dos custos indiretos alocados ao produto Eta seria superior a R\$ 200.000,00.
- Pelo custeio ABC, o valor dos custos indiretos alocados ao produto Gama seria superior a R\$ 150.000,00.

Resolução:

O método do **custeio baseado em atividades (ABC – activity-based costing)** é um sistema de custeio baseado na análise das **atividades** mais importantes desenvolvidas na entidade, com a finalidade de atribuir os **custos indiretos** de maneira mais criteriosa. Este método procura reduzir a arbitrariedade do rateio dos custos indiretos, pois os custos são inicialmente atribuídos às atividades e depois aos produtos. Isso é feito pelos **direcionadores de custos**.

Vamos calcular os custos diretos para cada produto. Depois calcular os custos indiretos através dos direcionadores de custos. E por fim achar o custo total de cada produto.

1 - Cálculo dos custos diretos

	ETA	GAMA
Material-Direto	12	13,5
Mão de Obra Direta	20	25
Custo direto unitário	32	38,5
Quant. produzida	10.000	20.000
Custo direto total	320.000	770.000

2 - Cálculo dos custos indiretos

2.1 - Depreciação de máquinas de usinagem (Custo indireto = 105.000):

	ETA	GAMA	TOTAL
Tempo de usinagem	1,80	0,40	
Quant. produzida	10.000	20.000	
Número de horas	18.000	8.000	26.000
Direcionador de custo	18.000 / 26.000	8.000 / 26.000	
Depreciação de máquinas de usinagem	(18.000 / 26.000) x 105.000 = 72.692,31	(8.000 / 26.000) x 105.000 = 32.307,69	

2.2 - Depreciação das empilhadeiras e Gastos com pessoal do Transporte (Custo indireto = 75.000 + 60.000 = 135.000)

	ETA	GAMA	TOTAL
Número de peças transportadas	26.000	12.000	38.000
Direcionador de custo	26.000 / 38.000	12.000 / 38.000	
Depreciação das empilhadeiras + Gastos com pessoal do Transporte	(26.000 / 38.000) x 135.000 = 92.368,42	(12.000 / 38.000) x 135.000 = 42.631,58	

2.3 - Gastos com supervisores de mão de obra (Custo indireto = 75.000)

	ETA	GAMA	TOTAL
Tempo de mão de obra direta por unidade (em horas)	1,40	2,00	
Quant. produzida	10.000	20.000	
Número de horas de mão de obra direta	14.000	40.000	54.000
Direcionador de custo	14.000 / 54.000	40.000 / 54.000	
Gastos com supervisores de mão de obra	(14.000 / 54.000) x 75.000 = 19.444,44	(40.000 / 54.000) x 75.000 = 55.555,56	

2.4 - Gastos com almoxarifes (Custos indiretos = 40.000)

	ETA	GAMA	TOTAL
Número de requisições	8.600	16.000	24.600
Direcionador de custo	8.600 / 24.600	16.000 / 24.000	
Gastos com almoxarifes	(8.600 / 24.600) x 40.000 = 13.983,74	(16.000 / 24.000) x 40.000 = 26.016,26	

3 - Cálculo dos custos totais

Custos	ETA	GAMA
Depreciação de máquinas de usinagem	72.692,31	32.307,69
Depreciação das empilhadeiras + Gastos com pessoal do Transporte	92.638,42	42.631,58
Gastos com supervisores de mão de obra	19.444,44	55.555,56
Gastos com almoxarifes	13.983,74	26.016,26
Custos indiretos totais	198.758,91	156.511,09
Custos diretos totais	320.000	770.000
Custos totais	518.758,91	926.511,09

a) Pelo custeio ABC, o custo total do produto Eta seria superior a R\$ 500.000,00.

CORRETA: o custo total de ETA é 518.758,91.

b) Pelo custeio ABC, o custo total do produto Gama seria superior a R\$ 900.000,00.

CORRETA: o custo total de GAMA é 926.511,09.

c) Pelo custeio ABC, o valor dos custos indiretos alocados ao produto Eta seria superior a R\$ 200.000,00.

INCORRETA: o custo indireto total de ETA é 198.758,91.

d) Pelo custeio ABC, o valor dos custos indiretos alocados ao produto Gama seria superior a R\$ 150.000,00.

CORRETA: o custo indireto total de GAMA é 156.511,09.

Gabarito: Letra C.

28. Assinale a alternativa correta.

- a) O custeio por absorção é o método de custeio também denominado integral e está em linha com os princípios de contabilidade.
- b) O custeio por absorção é o método usado para a apropriação dos custos por sistema de acumulação variável.
- c) O custeio por absorção é o sistema de custeio direto que considera os custos e despesas variáveis do período no custeamento dos produtos e serviços.
- d) O custeio variável requer a separação dos custos de manufatura em diretos, indiretos, fixos, precisos e variáveis.
- e) O custeio variável separa os custos de manufatura em atividades e aplica o tempo como direcionador de custo.

Resolução:

a) O custeio por absorção é o método de custeio também denominado integral e está em linha com os princípios de contabilidade.

CORRETA: o custeio por absorção apropria todos os custos, fixos e variáveis, diretos e indiretos, aos estoques. Como esses custos só vão para o resultado no momento da venda dos estoques, o custeio por absorção está em linha com os princípios contábeis.

b) O custeio por absorção é o método usado para a apropriação dos custos ~~por sistema de acumulação variável~~.

INCORRETA: o custeio por absorção apropria todos os custos, fixos e variáveis, diretos e indiretos, aos estoques. Já o custeio variável (ou também chamado de direto) apropria somente os custos variáveis.

c) O custeio por absorção é o sistema de custeio direto que considera os custos e despesas variáveis do período no custeamento dos produtos e serviços.

INCORRETA: é o custeio variável que considera os custos variáveis no custeamento dos produtos e serviços. As despesas variáveis vão normalmente para o resultado nesse custeio.

d) O custeio variável requer a separação dos custos de manufatura em ~~diretos, indiretos, fixos, precisos~~ e variáveis.

INCORRETA: o custeio variável separa os custos em variáveis e fixos, sendo que estes últimos vão diretamente para o resultado.

e) O custeio variável separa os custos de manufatura em ~~atividades e aplica o tempo como direcionador de custo~~.

INCORRETA: essa é uma característica do custeio ABC. Ele apropria os custos indiretos através de direcionadores de custos, através da análise das atividades de produção.

Gabarito: Letra A.

29. As classificações legais da despesa pública foram criadas com o objetivo de gerar informações que subsidiem a aplicação e o controle dos recursos públicos.

Uma das classificações mais relevantes do ponto de vista informacional é a programática, que pode ser caracterizada por:

- a) organizar as despesas em categorias econômicas;
- b) categorizar as ações como atividades, projetos ou operações especiais;
- c) identificar em que área de ação governamental a despesa será realizada;
- d) ser acrescida da informação gerencial denominada modalidade de aplicação;
- e) refletir a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) organizar as despesas em categorias econômicas;

INCORRETO. classificação **por natureza** que organiza as despesas em categoria econômica, conforme MCASP 7ª Edição:

4.2.4. Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de:

a. Categoria Econômica

b) categorizar as ações como atividades, projetos ou operações especiais;

CORRETO. Exatamente, através da classificação programática que se categoriza as ações em atividades, projetos ou operações especiais, conforme MCASP 7ª Edição:

4.2.3. Classificação por Estrutura Programática

(...)

*O orçamento Federal está organizado em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de **atividades, projetos ou operações especiais**, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.*

c) identificar em que área de ação governamental a despesa será realizada;

INCORRETO. A classificação **funcional** que possui esta finalidade, conforme MCASP 7ª Edição:

*A **classificação funcional** segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “**em que área**” de ação governamental a despesa será realizada*

d) ser acrescida da informação gerencial denominada modalidade de aplicação;

INCORRETO. A classificação **por natureza** que é acrescido desta informação gerencial, conforme MCASP 7ª Edição:

Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

*A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “**Modalidade de Aplicação**”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precípua mente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.*

e) refletir a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos.

INCORRETO. A classificação **institucional** que reflete tal estrutura, conforme MCASP 7ª Edição:

*A classificação **institucional** reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária*

Gabarito: Letra B.**30. Um dos objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é**

- a) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público e distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- b) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público e evidenciar a situação patrimonial e financeira das entidades internacionais.
- c) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público e evidenciar o resultado abrangente e o valor adicionado das entidades para a Secretaria do Tesouro Nacional.

- d) atender à Administração direta e à Administração indireta das três esferas de governo, bem como as estatais dependentes e não dependentes e assegurar a representação fidedigna das demonstrações contábeis.
- e) permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças corporativas e a elaboração de relatórios nos padrões adotados pelos organismos nacionais.

Resolução:

Um dos objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é:

a) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público e distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

A alternativa está de acordo com o MCASP, 8ª Edição, que diz que o PCASP se alinha a esta finalidade por meio da padronização da forma de registro contábil para a extração de informações para estes usuários. Dessa forma, podemos citar como objetivos do PCASP:

a. Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público;

b. Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle;

c. Atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

d. Permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pela STN, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente;

e. Permitir a consolidação nacional das contas públicas;

f. Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);

g. Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do Government Finance Statistics Manual (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão;

h. Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público; e

i. Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

b) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público e evidenciar a situação patrimonial e financeira das entidades internacionais.

Somente "padronizar os registros contábeis das entidades do setor público" faz parte dos objetivos do PCASP.

c) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público e evidenciar o resultado abrangente e o valor adicionado das entidades para a Secretaria do Tesouro Nacional.

Somente "padronizar os registros contábeis das entidades do setor público" faz parte dos objetivos do PCASP.

d) atender à Administração direta e à Administração indireta das três esferas de governo, bem como as estatais dependentes e não dependentes e assegurar a representação fidedigna das demonstrações contábeis.

Segundo a letra "c" o correto são somente as ESTATAIS DEPENDENTES.

e) permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças corporativas e a elaboração de relatórios nos padrões adotados pelos organismos nacionais.

Segundo a letra "g" o correto são os ORGANISMOS INTERNACIONAIS e não NACIONAIS.

Gabarito: Letra A.

31. Um ente da Federação instituiu cobrança destinada a custear obras públicas que provocaram valorização imobiliária. Essa cobrança tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Nesse caso hipotético, os recursos arrecadados serão classificados como receita

- a) de contribuições sociais.
- b) patrimonial.
- c) tributária.
- d) de serviços.
- e) de transferência corrente.

Resolução:

O art. 12 da Lei 4.320/64 trata da classificação da despesa.

Art. 12 – A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

(...)

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Conforme **destacado** no trecho transscrito da Lei, as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital que estão em utilização devem ser classificadas como **Despesas de capital – inversões financeiras**.

Gabarito: Letra C.

32. Na transação com contraprestação, a entidade recebe ativos ou serviços, ou tem passivos extintos, e diretamente entrega um valor aproximadamente equivalente à outra parte em troca. De acordo com a NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, a receita decorrente da venda de bens deve ser reconhecida quando as seguintes condições tiverem sido satisfeitas, com exceção de uma; assinale-a.

- a) Os custos incorridos na transação e os custos para concluir a transação puderem ser mensurados confiavelmente.
- b) For provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços associados à transação fluirão para a entidade.
- c) A entidade tiver transferido ao comprador todos os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos bens.
- d) A entidade mantiver envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos, no que diz respeito ao controle dos bens.

Resolução:

Questão baseada na NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação:

28. A receita decorrente da venda de bens deve ser reconhecida quando as seguintes condições tiverem sido satisfeitas:

- (a) a entidade tiver **transferido ao comprador todos os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos bens**; (**ALTERNATIVA C**)
 - (b) a entidade **não mantiver envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos**, nem em grau normalmente associado à sua propriedade nem relacionado ao efetivo controle de tais bens;
 - (c) o **valor da receita puder ser mensurado confiavelmente**;
 - (d) for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços associados à transação fluirão para a entidade (**ALTERNATIVA B**)
 - (e) os **custos incorridos na transação e os custos para concluir a transação puderem ser mensurados confiavelmente**.
- (**ALTERNATIVA A**)

Pessoal que está se preparando para os **exames do CFC**, a Consulplan cobrou a **maioria das suas questões em 2018** da matéria de Contabilidade Pública sobre as **NBC TSP**, fiquem atentos ao estilo da Banca.

Gabarito: Letra D.

33. A empresa Negócios Sustentáveis S/A, no mês passado, apresentou em caixa um valor total de R\$ 38 500,00 para fazer frente aos seus compromissos financeiros. Além disso, a empresa obteve um lucro líquido também no mês passado de R\$ 33 500,00, e seu ativo total registrava o valor de R\$ 180 000,00.

Considerando os dados da empresa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lucratividade do negócio foi superior a 18%, sendo calculada pela divisão do lucro líquido da empresa pelo tamanho do investimento, no caso, o valor ativo total.
- II. A liquidez da empresa pode ser calculada dividindo-se o valor de caixa pelo valor do lucro líquido, sendo esse valor maior que 1, o que indica uma liquidez favorável.
- III. O caixa líquido da empresa no mês passado foi de R\$ 5 200,00, sendo representado pela diferença entre o caixa e o lucro líquido daquele mês.

Nesse contexto, está(ao) correta(s) a(s) afirmativas(s)

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Resolução:

A empresa Negócios Sustentáveis S/A, no mês passado, apresentou em caixa um valor total de R\$ 38 500,00 para fazer frente aos seus compromissos financeiros. Além disso, a empresa obteve um lucro líquido também no mês passado de R\$ 33 500,00, e seu ativo total registrava o valor de R\$ 180 000,00.

Considerando os dados da empresa, analise as afirmativas a seguir.

I. A lucratividade do negócio foi superior a 18%, sendo calculada pela divisão do lucro líquido da empresa pelo tamanho do investimento, no caso, o valor ativo total.

ALTERNATIVA CORRETA. A relação entre o lucro e os investimentos totais (Ativo) é o conceito de Rentabilidade dos Investimentos (ROI). Como no período tivemos um lucro de R\$ 33.500,00 e um ativo total de R\$ 180.000,00, o **ROI da empresa é de 18,61%**.

II. A liquidez da empresa pode ser calculada dividindo-se o valor de caixa pelo valor do lucro líquido, sendo esse valor maior que 1, o que indica uma liquidez favorável.

ALTERNATIVA ERRADA. A liquidez é dada pela divisão dos elementos do Ativo pelos do Passivo. Por meio do índice, é evidenciada a capacidade de a entidade quitar suas obrigações com os elementos do ativo, sem recorrer a fontes externas.

No caso específico desta questão, não possuímos os dados do passivo, de modo que fica impossível calcular os índices de liquidez.

III. O caixa líquido da empresa no mês passado foi de R\$ 5.200,00, sendo representado pela diferença entre o caixa e o lucro líquido daquele mês.

ALTERNATIVA ERRADA. O conceito de caixa líquido é representado pela capacidade de pagamento da entidade livre, depois de quitadas todas as suas obrigações. Trata-se do excesso de caixa e equivalentes disponível para a empresa, em relação ao seu Passivo Exigível, portanto O conceito apresentado pela questão está incorreto.

De qualquer forma, por falta de apresentação dos dados do Passivo, não nos é possível o cálculo do índice.

Gabarito: Letra A.

34. Uma empresa industrial possui as seguintes contas evidenciadas em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2018:

	Em R\$
Aplicações financeiras de liquidez imediata	54.600,00
Bancos	100.000,00
Capital Social	184.800,00
Estoques	98.000,00
Fornecedores	67.800,00

O índice de liquidez corrente dessa entidade no período é, aproximadamente,

- a) 1,34
- b) 2,34
- c) 2,92
- d) 3,27
- e) 3,73

Resolução:

O índice de Liquidez Corrente (LC) é: $LC = AC/PC$

(1) Antes de saírem fazendo as contas, **reparem que as respostas tem uma folga razoável entre as alternativas!**

Perceber isso é importante para ganhar tempo, pois podemos fazer simplificações nas contas. Vou resolver aqui como eu faria sem calculadora, porque é assim que vocês farão no dia da prova.



(2) Simplificando, o **AC** no exercício é a soma das **Aplicações** (aprox. 55.000) + **Bancos** (100.000) + **Estoques** (aprox.100.000) = 255.000

(3) Do mesmo jeito que demos uma "arredondada" no AC, vamos dar (na mesma ordem de grandeza) uma simplificada no **PC**, que só possui a conta Fornecedores (aprox. 70.000).

(4) **Logo**, $255.000 / 70.000 = 3,6$ alguma coisa... do lado da alternativa **E**, que é o Gabarito!

Bem mais fácil e rápido assim, não?

Gabarito: Letra E.

35. A Companhia NKT apresentou uma relação dos seus custos fixos totais e variáveis unitários em determinado período, a saber:

Custos Fixos	R\$	Custos Variáveis por Unidade	R\$
Seguro da fábrica	18.000,00	Matéria-prima utilizada	380,00
Aluguel da fábrica	70.000,00	Embalagem utilizada	250,00
Mão de obra direta e indireta	237.000,00	Insumos diretos	45,00
Depreciação de equipamentos	25.000,00	Outros custos variáveis	25,00
Total	350.000,00	Total	700,00

O preço de venda fixado para cada unidade é de R\$ 1.200,00. Com base no custeio variável e considerando as informações disponíveis, quantas unidades devem ser produzidas e vendidas no período para que a empresa tenha um lucro equivalente a 30% de sua receita total?

- a) 2.300.
- b) 2.400.
- c) 2.500.
- d) 2.600.

Resolução:

Questão que versa sobre análise custo-volume-lucro.

De posse dos conceitos que conhecemos e das informações dadas pelo enunciado, vamos desenvolvendo a equação.

Sabemos que o lucro é a diferença entre receita total e custo total: $L=RT-CT$

Como o lucro é equivalente a 30% da receita total aqui, substituímos o lucro por 30% da receita total:

$$0,3RT=RT-CT$$

Rearranjando a equação, temos:

$$0,7RT=CT$$

Sabemos que a receita total é a multiplicação entre preço e quantidade e que o custo total é o custo variável somado ao custo fixo:

$$0,7 \times P \times Q = CV + CF$$

Sabemos também que o custo variável é a multiplicação entre o custo variável unitário e a quantidade:

$$0,7 \times P \times Q = CV_u \times Q + CF$$

Então, substituímos os valores das variáveis que já conhecemos, quais sejam, o custo variável unitário, o preço de venda e o custo fixo:

$$\begin{aligned}
 0,7 \times 1.200 \times Q &= 700 \times Q + 350.000 \\
 840Q &= 700Q + 350.000 \\
 840Q - 700Q &= 350.000 \\
 140Q &= 350.000 \\
 Q &= 350.000 / 140 \\
 Q &= 2.500
 \end{aligned}$$

Gabarito: Letra C.
36. O índice de endividamento geral utilizado na análise financeira de uma empresa representa a capacidade de

- a) solvência de longo prazo da empresa e sua alavancagem financeira.
- b) pagamento tempestivo das dívidas de curto prazo da empresa.
- c) solvência de curto prazo da empresa.
- d) liquidez da empresa.
- e) gerenciamento dos ativos da empresa.

Resolução:

Entre as várias classificações dos índices financeiros, podemos indicar a seguinte:

- 1 - Índices de solvência de curto prazo;**
- 2 - Índices de solvência de longo prazo, ou endividamento;**
- 3 - Índices de gestão de ativos, ou giro;**
- 4 - Índices de rentabilidade;**
- 5 - Índices de valor de mercado.**

Em especial, iremos falar dos dois primeiros.

1. Índices de Solvência de Curto Prazo: indicam a capacidade de honrar compromissos de curto prazo, e evidenciam a relação entre ativo e passivo circulantes. São os chamados **índices de liquidez**, e como exemplo podemos citar os **índices de liquidez corrente, índice de liquidez seca, etc.**

2. Índices de Solvência de Longo Prazo: indicam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de longo prazo, ou em que medida uma empresa usa financiamento de capital de terceiros (passivo exigível) em lugar de financiamento com capital próprio (PL). Assim, quanto maior a dívida, maior sua alavancagem financeira, pois a empresa estará dependendo cada vez mais de recursos de terceiros para operar. São os chamados **índices de endividamento**, e como exemplo podemos citar os **índices de endividamento geral, composição de endividamento, etc.**

- O **índice de endividamento geral (IEG)** evidencia o percentual que o endividamento representa sobre os recursos totais. Ou de outro modo, o quanto dos ativos da empresa são financiados por terceiros. Como ele representa o endividamento da empresa, podemos também relacioná-lo ao fato de que quanto maior for o IEG, maior a alavancagem financeira.

Índice de Endividamento Geral = IEG = Passivo Exigível/Ativo

Depois desse resumo podemos responder a questão!

a) solvência de longo prazo da empresa e sua alavancagem financeira.

CORRETA - como vimos o IEG é um tipo de índice de solvência de longo prazo, ou seja, representa a capacidade da empresa de honrar suas dívidas de longo prazo. Além do mais, quanto maior seu endividamento, mais alavancada financeiramente a empresa estará.

b) pagamento tempestivo das dívidas de curto prazo da empresa.

INCORRETA - as dívidas de curto prazo estão relacionadas aos índices de solvência de curto prazo, como a liquidez corrente ou seca.

c) solvência de curto prazo da empresa.

INCORRETA - a solvência de curto prazo é a que se refere a índices que relacionam ativo e passivo circulantes, como a liquidez corrente e seca.

d) liquidez da empresa.

INCORRETA - os índices que se referem à liquidez da empresa são os índices de solvência de curto prazo.

e) gerenciamento dos ativos da empresa.

INCORRETA - os índices de gestão de ativos são os que realizam o gerenciamento dos ativos. Eles descrevem a eficiência que a empresa usa seus ativos para gerar vendas. Como exemplo temos o Giro de Estoques, Giro de Contas a Receber e Giro de Contas a Pagar.

Gabarito: Letra A.

37. O planejamento é a primeira etapa da Auditoria e envolve aspectos estratégicos e operacionais, sendo o momento em que são estabelecidas a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, bem como determinados os prazos e outros recursos necessários para que os trabalhos sejam eficientes, eficazes e efetivos.

Sobre as etapas do planejamento de uma Auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) O objetivo refere-se ao objeto e aos critérios que os auditores utilizarão para avalia-lo.
- b) O escopo refere-se àquilo que se busca alcançar, deixando claro o que se pretende esclarecer com a fiscalização.
- c) A abordagem descreve a natureza dos procedimentos a serem aplicados, para reunir evidências de auditoria.
- d) A estratégia busca eliminar os riscos de auditoria.
- e) devem ser definidas de modo a permanecerem intactas até o final do processo.

Resolução:

A questão aborda aspectos gerais da fase do planejamento.

Analizando cada alternativa:

- a) O **objetivo** refere-se ao objeto e aos critérios que os auditores utilizarão para avalia-lo.

Alternativa errada. Isso está relacionado ao escopo. O escopo permite a determinação precisa do objeto auditado, ou seja, a identificação completa sobre o que se deseja obter com a auditoria – objetivos e alcance da auditoria. De maneira geral, o escopo está associado aos limites do objeto de auditoria. Veja que essas informações estão alinhadas às Normas de Auditoria do TCU – NAT (2011, p.40):

ESCOPO DA AUDITORIA

92. O escopo da auditoria deve ser estabelecido de modo suficiente a satisfazer os objetivos do trabalho.

O escopo envolve a definição das questões de auditoria, a profundidade e o detalhamento dos procedimentos, a delimitação do universo auditável (abrangência), a configuração da amostra (extensão) e a oportunidade dos exames. [grifo nosso]

b) O **escopo** refere-se àquilo que se busca alcançar, deixando claro o que se pretende esclarecer com a fiscalização.

Alternativa errada. Em linhas gerais, isso está relacionado ao objetivo da auditoria. Dessa forma, a banca inverteu as letras "a" e "b".

c) A abordagem descreve a natureza dos procedimentos a serem aplicados, para reunir evidências de auditoria.

Alternativa correta. O Planejamento da Auditoria é a etapa do trabalho na qual o auditor independente estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada, elaborando-o a partir da contratação dos serviços, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, de modo que possa desempenhar uma auditoria eficaz, com intuito de obter, na fase de execução, evidências de auditoria para sustentar a opinião do auditor.

d) A estratégia busca **eliminar** os riscos de auditoria.

Alternativa errada. A análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos. A estratégia busca reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções. Dessa forma, não há garantias de eliminar os riscos devido às limitações existentes em toda auditoria.

e) devem ser definidas de modo a permanecerem **intactas** até o final do processo.

Alternativa errada. Segundo a NBC TA 300(R1), "*o auditor deve atualizar e alterar a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessário no curso da auditoria*". Dessa forma, o planejamento, composto pela estratégia global de auditoria e pelo plano de auditoria são mutáveis.

Gabarito: Letra C.

38. De acordo com a NBC TA 240 (R1), no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, a responsabilidade do auditor em relação à fraude é EXCETO:

a) O ceticismo profissional é um dos requisitos para o trabalho de auditoria considerando o potencial de burlar os controles pela administração, e de reconhecer o fato de que procedimentos de auditoria eficazes na detecção de erros podem não ser eficazes na detecção de fraude.

b) A discussão entre os membros da equipe de trabalho para determinar os assuntos que devem ser comunicados aos membros da equipe, deve enfatizar especialmente como e em que pontos as demonstrações contábeis da entidade são suscetíveis de distorção relevante decorrente de fraude, inclusive como a fraude pode ocorrer.

c) Na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante decorrente de fraude, o auditor deve, com base na presunção de que há riscos de fraude no reconhecimento de receitas, avaliar que tipos de receita, operações ou afirmações de receita geram esses riscos.

d) O auditor deve determinar se, para responder aos riscos identificados da administração vir a burlar os controles, precisa aplicar outros procedimentos de quando há riscos adicionais específicos de que a administração possa burlar os controles não cobertos pelos procedimentos já aplicados.

e) Nos casos em que o auditor identifique a ocorrência de fraudes ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve, exclusivamente, comunicar estes assuntos de maneira formal ao principal da entidade, desde que este não seja o responsável pela governança.

Resolução:

Questão aborda aspectos gerais sobre fraude, segundo a NBC TA 240(R1). Analisando as alternativas:

a) O ceticismo profissional é um dos requisitos para o trabalho de auditoria considerando o potencial de burlar os controles pela administração, e de reconhecer o fato de que procedimentos de auditoria eficazes na detecção de erros podem não ser eficazes na detecção de fraude.

Alternativa correta. Veja:

8. Na obtenção de segurança razoável, **o auditor tem a responsabilidade de manter atitude de ceticismo profissional durante a auditoria, considerando o potencial de burlar os controles pela administração, e de reconhecer o fato de que procedimentos de auditoria eficazes na detecção de erros podem não ser eficazes na detecção de fraude.** Os requerimentos desta Norma destinam-se a auxiliar o auditor na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante decorrente de fraude e na elaboração de procedimentos para detectar tal distorção. [grifo nosso]

b) A discussão entre os membros da equipe de trabalho para determinar os assuntos que devem ser comunicados aos membros da equipe, deve enfatizar especialmente como e em que pontos as demonstrações contábeis da entidade são suscetíveis de distorção relevante decorrente de fraude, inclusive como a fraude pode ocorrer. **Alternativa correta.** Veja:

Discussão entre a equipe de trabalho

15. A NBC TA 315 requer **a discussão entre os membros da equipe de trabalho e que o sócio (ou responsável técnico) do trabalho determine os assuntos que devem ser comunicados aos membros da equipe não envolvidos na discussão. Essa discussão deve enfatizar especialmente como e em que pontos as demonstrações contábeis da entidade são suscetíveis de distorção relevante decorrente de fraude, inclusive como a fraude pode ocorrer.** A discussão deve ocorrer deixando de lado a possível convicção dos membros da equipe de trabalho de que a administração e os responsáveis pela governança são honestos e integros (ver itens A10 e A11).[grifo nosso]

c) Na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante decorrente de fraude, o auditor deve, com base na presunção de que há riscos de fraude no reconhecimento de receitas, avaliar que tipos de receita, operações ou afirmações de receita geram esses riscos. **Alternativa correta.** Veja:

26. **Na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante decorrente de fraude, o auditor deve, com base na presunção de que há riscos de fraude no reconhecimento de receitas, avaliar que tipos de receita, operações ou afirmações de receita geram esses riscos.** O item 47 especifica a documentação requerida no caso em que o auditor conclui que a presunção não é aplicável nas circunstâncias do trabalho e, portanto, não identifica o reconhecimento de receitas como um risco de distorção relevante decorrente de fraude (ver itens A28 a A30). [grifo nosso]

d) O auditor deve determinar se, para responder aos riscos identificados da administração vir a burlar os controles, precisa aplicar outros procedimentos de quando há riscos adicionais específicos de que a administração possa burlar os controles não cobertos pelos procedimentos já aplicados. **Alternativa correta.** Veja:

33. **O auditor deve determinar se, para responder aos riscos identificados da administração vir a burlar os controles, o auditor precisa aplicar outros procedimentos de auditoria além dos mencionados anteriormente (isto é, quando há riscos adicionais específicos de que a administração possa burlar os controles não cobertos pelos procedimentos aplicados para atender as exigências do item 32).** [grifo nosso]

e) Nos casos em que o auditor identifique a ocorrência de fraudes ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve, **exclusivamente**, comunicar estes assuntos de maneira formal ao principal da entidade, desde que este não seja o responsável pela governança. **Alternativa errada.** Houve a inversão do advérbio "exclusivamente" ao invés de "tempestivamente". Veja:

Comunicações à administração e aos responsáveis pela governança

40. Caso o auditor tenha identificado uma fraude ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve comunicar estes assuntos **tempestivamente** a pessoa de nível apropriado da administração que têm a responsabilidade primordial de prevenir e detectar fraude em assuntos relevantes no âmbito de suas responsabilidades (ver item A60). [grifo nosso]

Gabarito: Letra E.

39. A NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria descreve os procedimentos de auditoria que podem ser utilizados como procedimentos de avaliação de riscos, testes de controles ou procedimentos substantivos, dependendo do contexto em que sejam aplicados pelo auditor.

Diante do exposto, analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

() Inspeção: envolve o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo. A inspeção de registros e documentos fornece evidência de auditoria com graus variáveis de confiabilidade, dependendo de sua natureza e fonte e, no caso de registros internos e documentos, da eficácia dos controles sobre a sua produção. Um exemplo de inspeção utilizada como teste é a inspeção de registros em busca de evidência de autorização.

() Indagação: consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. A indagação é utilizada extensamente em toda a auditoria, além de outros procedimentos de auditoria. As indagações podem incluir desde indagações escritas formais até indagações orais informais. A avaliação das respostas às indagações é parte integral do processo de indagação.

() Observação: consiste no exame de processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade. A observação fornece evidência de auditoria a respeito da execução de processo ou procedimento, mas é limitada ao ponto no tempo em que a observação ocorre e pelo fato de que o ato de ser observado pode afetar a maneira como o processo ou procedimento é executado.

() Procedimentos analíticos: consistem em avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Os procedimentos analíticos incluem também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.

A sequência está correta em

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, V, F.

Resolução:

A NBC TA 500(R1) enumera os seguintes procedimentos utilizados pelo auditor na condução de uma auditoria:

Inspeção: envolve o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo.

Observação: consiste no exame de processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, a observação pelo auditor da contagem do estoque pelos empregados da entidade ou da execução de atividades de controle.

Confirmação externa: representa evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta escrita de terceiro (a parte que confirma) ao auditor, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia.

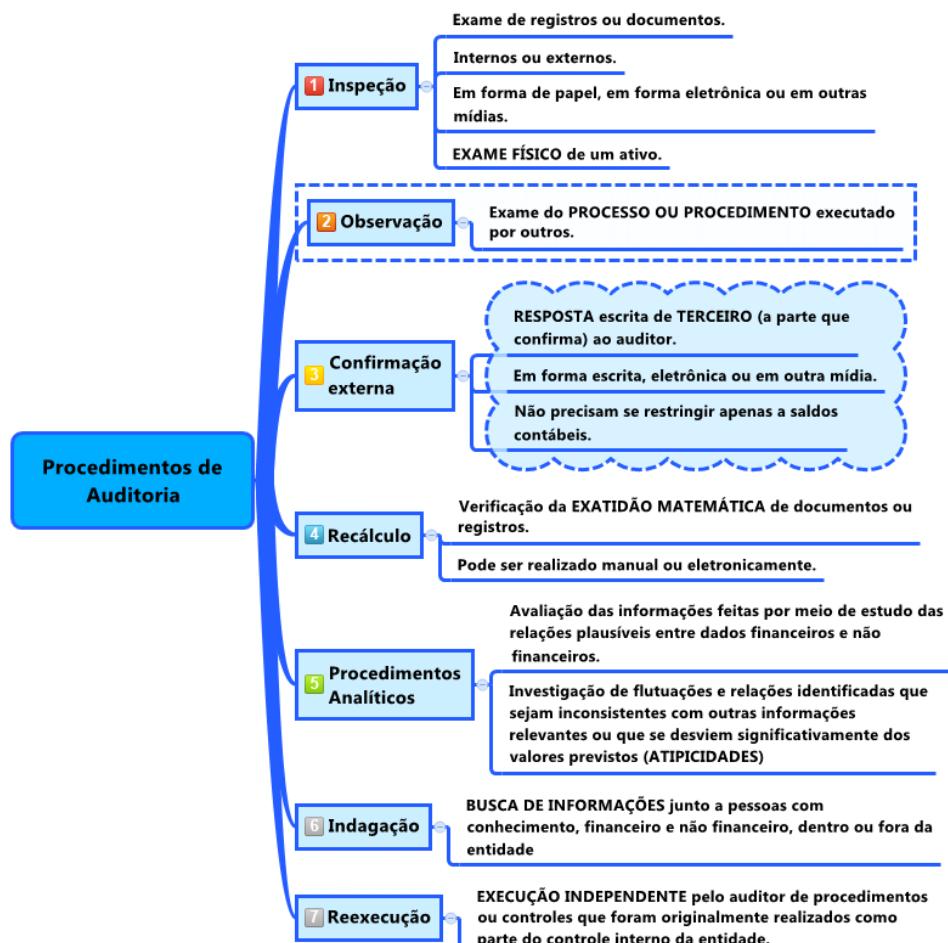
Recálculo: consiste na verificação da exatidão matemática de documentos ou registros. O recálculo pode ser realizado manual ou eletronicamente.

Reexecução: envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.

Procedimentos analíticos: consistem em avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Os procedimentos analíticos incluem também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviam significativamente dos valores previstos.

Indagação: consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. [grifos não constantes no original]
Analizando os itens, verificamos que o único errado é o terceiro. A banca misturou parte do conceito de reexecução com observação. Os demais itens estão corretos, cuja é sequência: V V F V.

Para melhor fixação do conteúdo, veja abaixo o mapa mental:



Gabarito: Letra A.

40. Segundo a NBC TP 01 – Perícia Contábil, ao ser intimado para dar início aos trabalhos periciais, o perito do juízo deve comunicar às partes e aos assistentes técnicos: a data e o local de início da produção da prova pericial contábil, exceto se designados pelo juízo. Sobre este assunto, analise as afirmativas marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Caso não haja, nos autos, dados suficientes para a localização dos assistentes técnicos, a comunicação deve ser feita diretamente às partes e/ou ao Juízo.
- () O perito-assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato com o perito do juízo, colocando-se à disposição para a execução da perícia em conjunto.
- () Na impossibilidade da execução da perícia em conjunto, o perito do juízo deve permitir aos peritos-assistentes o acesso aos autos e aos elementos de prova arrecadados durante a perícia, indicando local e hora para exame pelo perito-assistente.
- () O perito-assistente pode entregar ao perito do juízo cópia do seu parecer técnico-contábil, previamente elaborado, planilhas ou memórias de cálculo, informações e demonstrações que possam esclarecer ou auxiliar o trabalho a ser desenvolvido pelo perito do juízo.

A sequência está correta em

- a) F, F, F, V.
- b) F, F, V, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, F.

Resolução:

Questão aborda aspectos gerais da execução da Perícia Contábil, segundo a NBC TP 01. Segundo a norma supracitada:

EXECUÇÃO

6. Ao ser intimado para dar início aos trabalhos periciais, o perito oficial deverá comunicar às partes e aos assistentes técnicos: a data, o local e a hora de início da produção da prova pericial contábil, exceto se designados pelo juízo.

- a) *Caso não haja, nos autos, dados suficientes para a localização dos assistentes técnicos, a comunicação será feita aos advogados das partes e, caso estes também não tenham informado endereço nas suas petições, a comunicação será feita diretamente às partes e/ou ao Juízo.*
- b) *O perito assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato com o perito oficial, colocando-se à disposição para a execução da perícia em conjunto.*
- c) *Na impossibilidade da execução da perícia em conjunto, o perito oficial deve permitir aos peritos assistentes o acesso aos autos e aos elementos de prova arrecadados durante a perícia, indicando local e hora para exame pelo perito assistente.*
- d) *O perito assistente poderá entregar ao perito oficial, cópia do seu parecer técnico, planilhas ou memórias de cálculos, informações e demonstrações que possam esclarecer ou auxiliar o trabalho a ser desenvolvido pelo perito oficial.*

Analizando cada item:

(F) Caso não haja, nos autos, dados suficientes para a localização dos assistentes técnicos, a comunicação deve ser feita diretamente às partes e/ou ao Juízo. Antes dessa comunicação, primeiramente, deve haver a comunicação com os advogados das partes, conforme item 6, "a", da NBC TP 01.

(V) O perito-assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato com o perito do juízo, colocando-se à disposição para a execução da perícia em conjunto. Conforme item 6, "b", da NBC TP 01.

(V) Na impossibilidade da execução da perícia em conjunto, o perito do juízo deve permitir aos peritos-assistentes o acesso aos autos e aos elementos de prova arrecadados durante a perícia, indicando local e hora para exame pelo perito-assistente. Conforme item 6, "c", da NBC TP 01.

(V) O perito-assistente pode entregar ao perito do juízo cópia do seu parecer técnico-contábil, previamente elaborado, planilhas ou memórias de cálculo, informações e demonstrações que possam esclarecer ou auxiliar o trabalho a ser desenvolvido pelo perito do juízo. Conforme item 6, "d", da NBC TP 01.

Gabarito: Letra C.
41. Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a qual trata sobre o Perito Contábil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
- b) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.
- c) Perito-facultativo é nomeado pelo juiz, autoridade pública ou privada para fazer parte em perícias contábeis.
- d) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
- e) Perito-assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.

Resolução:

Questão aborda os tipos de peritos, bem como suas definições, em conformidade com a NBC PP 01/2015. Veja:

Conceito

2. **Perito** é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada. **[alternativa "a"]**

3. **Perito oficial** é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão. **[alternativa "b"]**

4. **Perito do juízo** é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil. **[alternativa "d"]**

5. **Perito-assistente** é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis. **[alternativa "e"]**

Gabarito: Letra C.
42. Existem determinadas situações em que o Perito Contábil está impossibilitado de exercer, regularmente, sua atividade pericial em processo judicial.

Assinale a alternativa que expressa quando o Perito Contador deve declarar-se em suspeição.

- a) O perito contador não tem motivo íntimo.
- b) O perito contador não conhece nenhuma das partes.
- c) O perito contador não deve ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau

- d) O perito contador não houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.
e) O perito contador ser inimigo capital de qualquer das partes.

Resolução:

Questão trata de situações que caracterizam suspeição na atuação do perito-contador, segundo a NBC PP 01 – Perito Contábil. Veja:

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO: são situações fáticas ou circunstanciais que impossibilitam o perito de exercer, regularmente, suas funções ou realizar atividade pericial em processo judicial ou extrajudicial, inclusive arbitral. Os itens explicitam os conflitos de interesses motivadores dos impedimentos e das suspeições a que está sujeito o perito nos termos da legislação vigente e do Código de Ética Profissional do Contabilista.

Para que o perito possa exercer suas atividades com isenção, é fator determinante que ele se declare impedido, após, nomeado, contratado, escolhido ou indicado quando ocorrerem as situações previstas nesta Norma.

Quando nomeado em juízo, o perito-contador deve dirigir petição, no prazo legal, justificando a escusa ou o motivo do impedimento.

Quando indicado pela parte, não aceitando o encargo, **o perito-contador assistente deve comunicar à parte, por escrito, com cópia ao juízo, a recusa devidamente justificada.**

Impedimento Legal

O perito-contador nomeado ou escolhido deve se declarar impedido quando não puder exercer suas atividades com imparcialidade e sem qualquer interferência de terceiros, ou ocorrendo pelo menos uma das seguintes situações exemplificativas:

- (a) for parte do processo;
- (b) tiver atuado como perito contador contratado ou prestado depoimento como testemunha no processo;
- (c) tiver mantido, nos últimos dois anos, ou mantenha com alguma das partes ou seus procuradores, relação de trabalho como empregado, administrador ou colaborador assalariado;
- (d) tiver cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau, postulando no processo ou entidades da qual esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- (e) tiver interesse, direto ou indireto, mediato ou imediato, por si, por seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau, no resultado do trabalho pericial;
- (f) exercer cargo ou função incompatível com a atividade de perito-contador, em função de impedimentos legais ou estatutários;
- (g) receber dádivas de interessados no processo;
- (h) subministrar meios para atender às despesas do litígio; e
- (i) receber quaisquer valores e benefícios, bens ou coisas sem autorização ou conhecimento do juiz ou árbitro

Impedimento Técnico

O impedimento por motivos técnicos a ser declarado pelo perito decorre da autonomia, estrutura profissional e da independência que devem possuir para ter condições de desenvolver de forma isenta o seu trabalho. São motivos de impedimento técnico:

- (a) a matéria em litígio não ser de sua especialidade;

- (b) constatar que os recursos humanos e materiais de sua estrutura profissional não permitem assumir o encargo; cumprir os prazos nos trabalhos em que o perito-contador for nomeado, contratado ou escolhido; ou em que o perito-contador assistente for indicado;
- (c) ter o perito-contador assistente atuado para a outra parte litigante na condição de consultor técnico ou contador responsável, direto ou indireto em atividade contábil ou em processo no qual o objeto de perícia seja semelhante àquele da discussão, sem previamente comunicar ao contratante.

Suspeição

O perito-contador nomeado ou escolhido deve declarar-se suspeito quando, após, nomeado, contratado ou escolhido verificar a ocorrência de situações que venha suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, desta maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

Os **casos de suspeição** aos quais estão sujeitos o perito-contador são os seguintes:

- (a) ser amigo íntimo de qualquer das partes;
- (b) **ser inimigo capital de qualquer das partes;**
- (c) ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- (d) ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges;
- (e) ser parceiro, empregador ou empregado de alguma das partes;
- (f) aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão; e
- (g) houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.

Ressalte-se que a NBC PP 01 sofreu alterações, em 2015, e não existe mais a previsão de impedimento técnico.

Gabarito: Letra E.

43. Na aplicação de sanções previstas no Código de Ética Profissional, pode ser considerada circunstância agravante

- a) a punição ética anterior transitada em julgado.
- b) a ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional.
- c) a prestação de relevantes serviços à Contabilidade.
- d) o profissional ter sido condenado criminalmente.

Resolução:

A questão pede a alternativa que traz uma circunstância **AGRAVANTE**. Conforme o Código de Ética do Contador (NBC PG 01/2019), a resposta correta é a letra "A":

21. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes:

- (a) ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador;
- (b) punição ética anterior transitada em julgado; e**
- (c) gravidade da infração.

As alternativas "B" e "C" são circunstâncias **atenuantes**:

20. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes:

- (a) ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional; (LETRA B)**
- (b) ausência de punição ética anterior;
- (c) prestação de serviços relevantes à Contabilidade; e (LETRA C)**
- (d) aplicação de salvaguardas.

Gabarito: Letra A.



44. Um contador firmou contrato pelo prazo de um ano com a empresa X, com o objetivo de assisti-la em suas demandas judiciais. No terceiro mês de vigência contratual emitiu um parecer técnico sobre um processo no qual a empresa X era ré. O parecer foi elaborado com toda a técnica pericial e constituído de todos os requisitos contábeis. Na conclusão de seu parecer, o assistente técnico registrou condições e fatos divergentes do que esperavam os dirigentes da empresa X, os quais passaram a duvidar da capacidade do profissional contratado e deixaram claro, por meio de comentários, que nele perderam a confiança.

Ciente da desconfiança de seu cliente e levando em conta a vigência do contrato firmado, julgue o que representa ser dever do profissional, com base no Código de Ética Profissional do Contador, e em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) Buscar a continuidade de seu trabalho até o final do prazo contratado.
- b) Renunciar à função exercida mediante prévio aviso à empresa, cuidando para que a renúncia não cause prejuízos a ela.
- c) Reconhecer que houve falha na elaboração do parecer objeto da desconfiança e negociar com a empresa a continuidade de sua função até o final do prazo contratado.
- d) Comunicar à empresa, por escrito, seu afastamento em razão do fato de que teve conhecimento, considerando imediatamente rompido o contrato vigente.

Resolução:

Questão sobre o Código de Ética Profissional do Contador

Segundo a **NBC PG 01/19*** estabelece que nos casos de desconfiança, é permitido ao contador renunciar ao trabalho mediante prévio aviso, respeitando os prazos estabelecidos em contrato. Vejamos:

4. São deveres do contador: (k) renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato;

Gabarito: Letra B.

45. A NBC PG 100, de 24 de janeiro de 2014 – Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade “estabelece a estrutura conceitual que o profissional da contabilidade deve aplicar para: (a) identificar ameaças ao cumprimento dos princípios éticos; (b) avaliar a importância das ameaças identificadas; e (c) aplicar salvaguardas, quando necessário, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável”.

Quanto aos princípios éticos que o profissional da contabilidade deve cumprir, analise as afirmativas a seguir.

- I. Integridade: ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.
- II. Objetividade: cumprir as leis e o regulamento pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.
- III. Competência profissional e devido zelo: manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou empregador recebam serviços profissionais competentes com base em desenvolvimentos atuais da prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.

Resolução:

A questão pede a análise das afirmativas quanto aos princípios éticos que devem ser cumpridos pelo profissional da contabilidade.

Os princípios éticos são:

- Integridade
- Objetividade
- Competência profissional e devido zelo
- Sigilo profissional
- Comportamento profissional

O candidato mais apressado pode ter marcado que todas as afirmativas estão corretas por ter lido apenas os princípios, mas não do que eles se tratam. Vamos verificá-las:

I. Integridade: ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.

CERTO. A integridade consiste em ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais, e de fato é um princípio ético que deve ser observado pelo profissional da contabilidade.

II. Objetividade: cumprir as leis e o regulamento pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.

ERRADO. Apesar de **objetividade** ser um princípio ético que deve ser observado pelo profissional da contabilidade, o cumprimento das leis e do regulamento pertinentes e evitar ações que desacreditem a profissão **não é objetividade**, e sim **comportamento profissional**.

III. Competência profissional e devido zelo: manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou empregador recebam serviços profissionais competentes com base em desenvolvimentos atuais da prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.

CERTO. O profissional da contabilidade tem o dever manter o conhecimento e a habilidade profissionais e de atuar com zelo. A afirmativa está de acordo com o que dispõe a Norma a respeito de **competência profissional e devido zelo**.

Assim, **estão corretas as afirmativas I e III.**

Gabarito: Letra D.

46. O Código de Ética Profissional do Contador prevê os elementos que devem nortear o valor dos serviços a serem prestados.

Ao apresentar o valor dos honorários em sua proposta de prestação de serviços profissionais, o contador deverá considerar os seguintes elementos, EXCETO:

- a) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.
- b) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.
- c) A relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar.
- d) As afirmações desproporcionais feitas sobre os serviços oferecidos, a fim de que possam ser cobradas mais horas.

Resolução:

A NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador dispõe no item 7 que o contador deve considerar os seguintes elementos ao estabelecer o valor dos seus serviços:

- A relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar,
- O tempo que será consumido para a realização do trabalho,

- A possibilidade de ficar impedido de realizar outros trabalhos,
- O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado,
- A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente,
- O local em que o serviço será prestado.

Assim, analisando as alternativas:

a) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.

CERTO. Conforme o item 7, "b", do Código de Ética, o tempo que será consumido para a realização do trabalho deve ser considerado pelo contador no estabelecimento dos seus honorários.

b) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.

CERTO. Alternativa também de acordo com o Código de Ética, que determina que o resultado lícito favorável para o contratante também deve ser levado em consideração pelo contador para a fixação do valor do serviço.

c) A relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar.

CERTO. Alternativa de acordo com o item 7, "a", do Código de Ética. O valor do serviço deve ser fixado de acordo com a relevância, nível de complexidade e custos envolvidos no serviço a ser executado.

d) As afirmações desproporcionais feitas sobre os serviços que oferecem, a fim de que possam ser cobradas mais horas.

ERRADO. Como a banca solicita qual dos elementos **não** deverá ser considerado pelo contador para a apresentação do valor dos honorários, este é nosso gabarito. A assertiva na verdade é uma vedação, pois o item 15 do código proíbe que o contador efetue ações publicitárias que denigram a reputação da ciência contábil, da profissão e dos colegas, estando entre tais ações **fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferecem**.

Gabarito: Letra D.

47. Uma pessoa contraiu um financiamento no valor de R\$ 20.000,00 para pagamento em 6 prestações bimestrais, iguais e sucessivas, devendo a primeira prestação ser paga 60 dias após contrair o financiamento. A taxa de juros compostos contratada para esta dívida foi de 3% ao bimestre e os juros bimestrais estão embutidos no valor das prestações. Considerando somente as informações apresentadas e desprezando a incidência de impostos e taxas, assinale o valor mais próximo de cada prestação a pagar. Caso necessário, admita o ano comercial com 360 dias.

- a) R\$ 3.333,33.
- b) R\$ 3.433,33.
- c) R\$ 3.510,50.
- d) R\$ 3.691,95.

Resolução:

Um financiamento de parcelas iguais, periódicas e com primeiro pagamento exatamente um período após o contrato caracteriza uma série uniforme de pagamentos postecipados, com prestação PMTPMT dada por:

$$PMT = PV \cdot \frac{(1 + i)^n \cdot i}{(1 + i)^n - 1}$$

, onde PV é o valor financiado, n é o número de prestações e i é a taxa de juros.

O financiamento é de R\$ 20.000,00, a taxa é de 3% ao bimestre e as prestações são em número de 6:

$$PMT = 20.000 \cdot \frac{1,03^6 \cdot 0,03}{1,03^6 - 1}$$

$$PMT = 3.691,95 \text{ reais.}$$

Gabarito: Letra D.

48. O conceito de tributo pode ser encontrado no art. 3º do Código Tributário Nacional, ao exprimir que “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Ao condicionar a existência do tributo a sua instituição em lei, tal definição encontra-se amparada por qual dos princípios constitucionais?

- a) Isonomia.
- b) Legalidade.
- c) Anterioridade.
- d) Irretroatividade.

Resolução:

Questão trata do conceito de tributo e do princípio que respalda a sua instituição por meio de lei. Vamos recorrer à CF/88 e também ao CTN.

Vejamos o que diz a CF/88 a respeito das limitações ao poder de tributar:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

*I - Exigir ou aumentar tributo **sem lei** que o estabeleça;*

*II - Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, **proibida qualquer distinção** em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;*

III - cobrar tributos:

- a) em relação a **fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei** que os houver instituído ou aumentado;
- b) no **mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei** que os instituiu ou aumentou;
- c) **antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei** que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

Passemos às assertivas.

b) Legalidade.

ALTERNATIVA CORRETA. Para responder a questão, basta saber que é o Princípio da Legalidade que impõe a obrigatoriedade de instituição por meio de lei dos tributos, conforme (art. 150, I, CF/88).

a) Isonomia.

ALTERNATIVA ERRADA. O Princípio da Isonomia, previsto no art. 150, II, da CF/88, impõe aos entes federativos a obrigatoriedade de tratarem de forma equivalente os contribuintes que se encontrem em situação similar, e de forma desigual aqueles que se encontrem em situação diferentes. Não é o caso da questão.

c) *Anterioridade.*

ALTERNATIVA ERRADA. O princípio da anterioridade dispõe que é vedado aos entes cobrarem tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, art. 150, III, "b", da CF/88.

d) *Irretroatividade.*

ALTERNATIVA ERRADA. Subprincípio da Não Surpresa, a irretroatividade tem por finalidade assegurar ao contribuinte que o ente tributante não irá cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, art. 150, III, "a", da CF/88.

Gabarito: Letra B.

49. De acordo com a Lei nº 5172/1966 (Código Tributário Nacional), em seu art. 113, as obrigações tributárias se dividem entre principais e acessórias. Dentre as listadas a seguir, todas são obrigações acessórias, EXCETO:

- a) Pagamento do tributo devido.
- b) Preparação e envio das declarações exigidas pelo Fisco.
- c) Escrituração das operações de circulação de mercadoria.
- d) Emissão da nota fiscal de venda de mercadoria ou serviço.

Resolução:

Primeiro vamos nos socorrer do que ensina o CTN:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. § 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. § 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Percebam a característica definidora da obrigação principal: possui natureza pecuniária. Ou seja, envolve o pagamento de alguma quantia. Já a obrigação acessória **não** tem natureza pecuniária, consistindo em dever de cumprir alguma burocracia (exemplo clássico: emitir nota fiscal).

Posto isso, podemos perceber que a **letra "A", é o gabarito da questão**, pois trata-se de obrigação principal (**percebam que a questão cobrou qual alternativa não é uma obrigação acessória**). Já as demais alternativas configuram obrigações acessórias, pois não possuem natureza pecuniária.

Gabarito: Letra A.

50.

TEXTO I

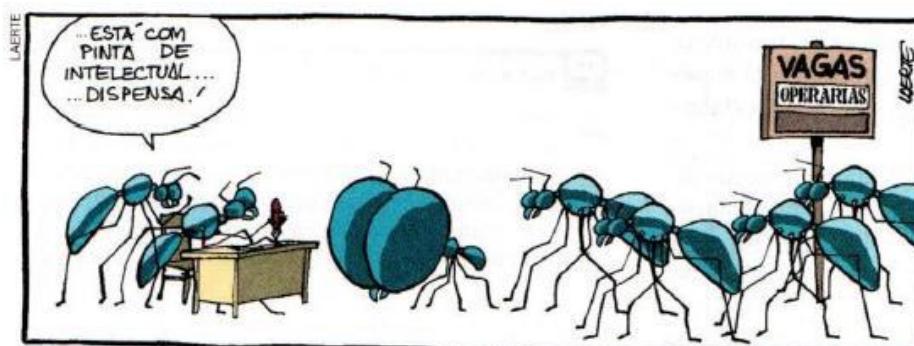
Um dos estudantes levantou a mão. Embora compreendesse perfeitamente que não se podia permitir que pessoas de casta inferior desperdiçassem o tempo da Comunidade com livros e que havia sempre o perigo de lerem coisas que provocassem o indesejável descondicionamento de algum dos seus reflexos... enfim, ele não conseguia entender o referente às flores. Por que se dar ao trabalho de tornar psicologicamente impossível aos Deltas o amor às flores?

[...]



– As flores do campo e as paisagens, advertiu, têm um grave-defeito: são gratuitas. O amor à natureza não estimula a atividade de nenhuma fábrica. Decidiu-se que era preciso aboli-lo, pelo menos nas classes baixas; abolir o amor à natureza [...] (HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo, p. 22, 1946.)

TEXTO II



Tira de Laerte,
em *Classificados*,
Livro 3. São Paulo:
Devir, 2004. p. 29.
Seria essa formiga
uma "intelectual
orgânica"
gramsciana?

partir de uma comparação entre os textos I e II, e considerando-se uma possível reflexão advinda do texto I acerca de um comportamento social, depreende-se que o texto II constitui

- a) uma referência a um fato atual de forma acrítica.
- b) uma demonstração da necessidade de que o perfil profissional prevaleça.
- c) crítica a todo tipo de atitude preconceituosa existente na sociedade atual.
- d) crítica ao desmerecimento de determinados valores, em situações específicas.

Resolução:

No texto I, a passagem "As flores do campo e as paisagens, advertiu, têm um grave-defeito: são gratuitas", a palavra "defeito" apresenta tom de crítica a uma característica das flores do campo e das paisagens: o fato de serem "gratuitas".

O tom crítico também é observado no texto II. Ao deixar transparecer seu ar de "intelectual", a formiga foi dispensada, evidenciando o demérito de ser uma formiga estudiosa, que poderia, por conseguinte, futuramente ocupar o cargo de chefia.

Logo, eis a resposta: opção (D).

Nas demais opções:

- a) a parcela verbal da charge, combinada com a não verbal, revela um discurso crítico quanto à intelectualidade da formiga.
- b) ao dispensar a formiga intelectual, o recrutador inverteu os valores, tratando com demérito o possível operário que tinha maior grau de estudo.
- c) não há uma crítica a todo tipo de preconceito, afirmação esta que extrapola as ideias do texto.

Gabarito: Letra D.